

**UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE – UNIVALE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GESTÃO  
INTEGRADA DO TERRITÓRIO**

Mariana Bousada Peçanha

**Lutas Operárias e Territorialidades no Contexto da Cidade Monoindustrial de  
Ipatinga**

**Governador Valadares**

**2018**

MARIANA BOUSADA PEÇANHA

**Lutas Operárias e Territorialidades no Contexto da Cidade Monoindustrial de Ipatinga**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, com requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão Integrada do Território.

Orientador: Dr. HarufSalmen Espindola.

**Governador Valadares**

**2018**

Ficha Catalográfica - Biblioteca Dr. Geraldo Vianna Cruz (UNIVALE)

331.794

P364I

Peçanha, Mariana Bousada.

Lutas Operárias e Territorialidades no Contexto da Cidade  
Monoindustrial de Ipatinga [manuscrito] / Mariana Bousada  
Peçanha. – 2018.

90 f. : il. color. ; 29,5 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Vale do Rio Doce,  
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do  
Território – GIT, 2018.

Orientador : Prof. Dr. Haruf Salmen Espindola.

1. Trabalhadores da indústria. 2. Território. I. Peçanha, Mariana  
Bousada. II. Título.

MARIANA BOUSADA PEÇANHA

**Lutas Operárias e Territorialidades no Contexto da Cidade Monoindustrial de Ipatinga**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, com requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão Integrada do Território.

Governador Valadares \_\_\_de Agosto 2018

Banca Examinadora:

---

Dr. HarufSalmen Espindola (orientador)  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

---

Dra.Maria Terezinha Bretas Vilarino  
Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG

---

Professor Convidado Dra. Elisangela Maria Barbosa Santos  
Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG



Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território - GIT

**ATA DA BANCA EXAMINADORA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE**

**MARIANA BOUSADA PEÇANHA**

**Matrícula Nº 75.144**

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e dezoito (29/08/2018), às 10h (dez horas), na sala 12 no bloco PVA, da Universidade Vale do Rio Doce, reuniu-se a Comissão Examinadora da Dissertação de Mestrado intitulada “**Lutas Operárias e Territorialidades no Contexto da Cidade Monoindustrial de Ipatinga**”, Linha de Pesquisa: Território, Migração e Cultura, elaborada pela aluna Mariana Bousada Peçanha. A Comissão Examinadora foi composta pelos professores: Dr. Haruf Salmen Espindola (orientador) – UNIVALE, Dr.<sup>a</sup> Maria Terezinha Bretas Vilarino – UNIVALE e a Dr.<sup>a</sup> Elisângela Maria Barbosa Santos – Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Abrindo a sessão, o presidente da Comissão, Prof. Dr. Haruf Salmen Espindola, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulares do Trabalho Final, passou a palavra a mestranda Mariana Bousada Peçanha para apresentação de sua Dissertação. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença do mestrando e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora consideraram por unanimidade a Dissertação Examinadora APROVADA.

Em seguida, o resultado foi comunicado publicamente a candidata pelo presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou-se a presente Ata, que será assinada por todos os membros da Comissão Examinadora.

Governador Valadares, 29 de agosto de 2018.

Prof. Dr. Haruf Salmen Espindola  
Orientador

Prof.ª Dr.ª Maria Terezinha Bretas Vilarino  
Examinadora

Prof.ª Dr.ª Elisângela Maria Barbosa Santos  
Examinadora



**UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE**  
**Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território**

**MARIANA BOUSADA PEÇANHA**

**“Lutas Operárias e Territorialidades no Contexto da Cidade Monoindustrial de Ipatinga.”**

Dissertação aprovada em 29 de agosto de 2018,  
pela banca examinadora com a seguinte  
composição:

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Haruf Salmen Espindola".

Prof. Dr. Haruf Salmen Espindola  
Orientador – Universidade Vale do Rio Doce

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Maria Terezinha Bretas Vilarino".

Prof.ª Dr.ª Maria Terezinha Bretas Vilarino  
Examinadora – Universidade Vale do Rio Doce

À Deus, por cumprir mais essa promessa em minha vida, amigo fiel e abrigo seguro onde busquei e achei renovo para todas as minhas forças durante essa caminhada, toda honra e glória seja dadas a ele!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao meu professor orientador pela dedicação e paciência no decorrer da elaboração deste estudo, por ter acreditado em meu potencial de uma forma que eu não acreditava ser capaz de corresponder, sempre disponível, me corrigindo quando necessário sem nunca me desmotivar e sempre me encorajando a ir além.

Aos amigos que fiz no curso, especialmente a Vanessa ( que se tornou uma irmã), Alberto, Elton, Sheyla, Clênio e Kely (in memorian), pelo apoio e momentos compartilhados .

Agradeço as funcionárias da secretaria do mestrado, que sempre tiveram disponíveis a me ajudar.

Por último agradeço ao meu pai e esposo pelo apoio e amor incondicional, a minha irmã por ser inspiração e exemplo, a minha filha por ser meu combustível diário e especialmente a minha mãe que foi meu suporte e fortaleza em todos instantes.

A todos que, de alguma forma contribuíram para que este trabalho pôde se concretizar. Obrigada por terem sonhado comigo.

## RESUMO

As relações sociais que produzem o espaço urbano não resultam apenas em formas materiais e funcionais que sustentam o processo de produção capitalista. Elas também são marcadas pelos códigos e símbolos que se constroem na vida cotidiana e que estabelecem um sentido particular no processo de produção da cidade. Nessa perspectiva se justifica o presente estudo que tem como objetivo precípua evidenciar a relação existente entre reivindicações operárias e territorialidades urbanas no contexto da cidade monoindustrial de Ipatinga/MG. A escolha pela temática se justifica ainda pela ciência enquanto município da forte influência da siderúrgica Usiminas implantada na cidade na década de 60. A metodologia aplicada caracteriza-se como qualitativa e exploratória, onde se fez um levantamento teórico bibliográfico em obras de referência que perquiriram sobre a questão das territorialidades e pesquisa documental em arquivos de departamentos públicos de Ipatinga/MG. O material levantado subsidiou uma análise que contribuiu no entendimento da influência cultural no delineamento do espaço urbano, colaborando para futuras fontes de pesquisa e com a formação de Especialista em Gestão do Território.

**Palavras-chave:** Território. Ipatinga. Monoindustrial. Cultura. Usiminas.

## **ABSTRACT**

The social relations that produce urban space do not only result in material and functional forms that sustain the capitalist production process. They are also marked by the codes and symbols that are built in everyday life and which make a particular sense in the city's production process. In this perspective, the present study is justified, whose main objective is to demonstrate the relationship between workers' demands and urban territorialities in the context of the monoindustrial city of Ipatinga/MG. The choice of the theme is still justified by science as a citizen of the strong influence of the steel mill Usiminas implanted in the city in the 60's. The applied methodology is characterized as qualitative and exploratory, where a theoretical bibliographical survey was made on academic scientific sites that discuss about the question of territorialities and documentary research in archives of public departments of Ipatinga/MG. It is hoped that the surveying material will subsidize an analysis that contributes to the understanding of cultural influence in the delineation of the urban space, collaborating for future sources of research and the formation of Specialist in Territory Management.

**Keywords:** Territory. Ipatinga. Monoindustrial. Culture. Usiminas.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 DO PEQUENO POVOADO JUNTO À ESTAÇÃO FERROVIÁRIA À CIDADE DE IPATINGA .....	16
1.2 DO MASSACRE À TUTELA DA USIMINAS SOBRE O SINDICATO E A CIDADE .....	28
<b>2 A CULTURA USIMINAS E SUA INFLUÊNCIA NA DETERMINAÇÃO DOS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS DE IPATINGA.....</b>	<b>38</b>
2.1 CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO.....	36
2.2 AS DISPUTAS POR DIREITOS SOCIAIS E AS ELEIÇÕES SINDICAIS.....	46
2.3 A DERROTA SINDICAL E AS NOVAS LIDERANÇAS POLÍTICAS .....	49
2.4 O REFLEXO DO SINDICALISMO NAS ELEIÇÕES ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE IPATINGA, A BUSCA POR DIREITOS SOCIAIS E O SURGIMENTO DA CIDADE PÚBLICA.....	52
2.5 A PRIVATIZAÇÃO DA USIMINAS E O SINDICATO.....	55
<b>3 TEMPOS DE CRISE: RUPTURAS POLÍTICAS NO CONTEXTO DA CIDADE MONOINDUSTRIAL .....</b>	<b>57</b>
3.1 A CRISE MUNDIAL (2007-2008) .....	59
3.2 RUPTURA POLÍTICA: O FIM DA GESTÃO PETISTA DEPOIS DE 16 ANOS....	61
3.3 A CRISE POLÍTICA E O FIM CULTURA USIMINASA USIMINAS.....	65
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>81</b>

**ANEXOS .....87**

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação foi elaborada com o propósito de compreender a relação existente entre reivindicações operárias e territorialidades urbanas, no contexto da cidade monoindustrial de Ipatinga/MG. Para tanto, se considerou momentos que são marcos na história da cidade e da empresa USIMINAS (Usina Siderúrgica de Minas Gerais S.A. 1º) O início das atividades produtivas da siderúrgica/massacre de 1963/emancipação do município de Ipatinga; 2º) Derrota da oposição sindical (Ferramenta) em 1985/ascensão a hegemonia política municipal/Usiminas primeira estatal privatizada em 24 de outubro de 1991; 3º) O Partido dos Trabalhadores (PT) perde a prefeitura de Ipatinga para Sebastião Quintão/PMDB (2005-2009), depois de quatro mandatos seguidos; 4º) Mudança na orientação da Usiminas, com Marco Antônio Castello Branco na direção, a partir de 2008.

Com esses marcos temporais, as mudanças na gestão da prefeitura municipal, o fim da denominada “cultura Usiminas” e o movimento sindical são analisados nas suas dimensões de territorialidades que configuraram a cidade de Ipatinga. O estudo examina ainda as pautas reivindicatórias e os acordos coletivos, do início do período delimitado acima e do seu encerramento (1963 e 2008), com a finalidade de determinar a relação existente entre as reivindicações operárias e as territorialidades urbanas, no contexto da cidade monoindustrial de Ipatinga.

O contexto territorial, no qual se insere as relações de trabalho e as relações urbanas na cidade monoindustrial, fornece o pano de fundo para a análise proposta. A pesquisa buscou responder uma questão central: quais relações podem ser estabelecidas entre as demandas operárias que são propostas nas pautas de reivindicação e a configuração da territorialidade ipatinguense.

Além do contexto territorial, também se levou em conta os marcos normativos decorrentes do exercício do poder regulatório do Estado, porém se considerou também a imposição normativa exercida pelo poder monoindustrial, incluindo a denominada “cultura Usiminas”. Essa duplicidade de poder normativo não é específica de Ipatinga e da Usiminas, mas caracterizam as cidades monoindustriais e a capacidade do agente privado com poder altamente concentrado e modelador do espaço. Bem como, as relações dos homens e mulheres com o espaço e as relações sociais subordinadas ao seu campo operatório. Essa preponderância

constitui um efetivo poder normativo sobre as relações de trabalho, a vida urbana e a modelagem da territorialidade.

Diante das explicações anteriormente apresentadas, está se considerando que o Direito do Trabalho pressupõe que o poder normativo do Estado é compartilhado, em pontos específicos e regulados pela Lei, com as partes (empregados representados pelos sindicatos da categoria e sindicatos das empresas ou a própria empresa) envolvidas em relações de natureza trabalhistas, dando a estas o poder de produzir normas (com força de lei). Portanto, decisões acertadas entre as partes podem reger as relações laborais, por meio de convenções e acordos coletivos<sup>1</sup>.

A hipótese que norteia essa dissertação parte da premissa de que as reivindicações sindicais dos trabalhadores da Usiminas, além de expressar demandas trabalhistas, também expressavam territorialidades. Isso como resposta à própria ação ordenadora do território e da territorialidade exercida pelo poder monoindustrial.

E ainda, a formação histórica da cidade de Ipatinga permitirá indagar sobre o porquê dos operários incluírem na pauta de reivindicação demandas tipicamente urbana, bem como o porquê das lutas trabalhistas se confundirem com lutas urbanas. Outrossim, compreender o papel central representado pelo poder monoindustrial. Sabe-se que muitas destas questões ficam sem respostas.

O ponto de partida foi indagar se as reivindicações operárias eram restritas à busca por direitos trabalhistas ou apresentavam demandas urbanas, ou seja, reivindicações ampliadas para fora da esfera do trabalho.

Nesse sentido, pelo exame das pautas de reivindicação se verificou a existência de elementos de territorialidade, indicando mais que um posicionamento político situacionista ou oposicionista em relação à política nacional ou a presença de elementos que indicam a influência da empresa Usiminas. O elemento de

---

<sup>1</sup> Por acordos coletivos, podemos entender, nos dizeres do artigo 611 da CLT: “É facultado aos sindicatos representativos de categorias profissionais celebrar Acordos Coletivos com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, que estipulem condições de trabalho, aplicáveis no âmbito das empresas acordantes às respectivas relações de trabalho”. Portanto, os acordos coletivos possuem forma de contrato com conteúdo normativo, representam os ajustes das vontades celebrados entre sindicatos da categoria profissional com uma ou mais empresas a fim de solucionar uma disputa trabalhista (reivindicações) e constituir ou declarar regras gerais.

territorialidade deveria se relacionar com o vivido territorial da condição de ipatinguense.

Esses questionamentos não podem ser verificados de forma isolada, deve-se levar em conta o contexto histórico, considerando o lugar (cidade monoindustrial) e a conjuntura política nos diferentes momentos.

A presente análise desenvolveu uma investigação sobre as possíveis relações entre reivindicações operárias e as territorialidades que configuraram a cidade de Ipatinga no período entre 1963 e 2008. Porém, evitando uma abordagem cronológica e centrando nos dois momentos considerados decisivos: o de emergência da “cultura Usiminas” e o do seu sepultamento, depois da mudança do controle acionário, em 2008.

A cidade de Ipatinga se desenvolveu em razão da implantação da grande indústria siderúrgica, que, por décadas, conformou e determinou os rumos da cidade, do ordenamento do seu espaço, das relações urbanas e, até mesmo, das relações sociais; tudo isso regido conforme os ditames da chamada “cultura Usiminas”. Como a pesquisa objetiva lidar com a problemática da relação entre reivindicações operárias e territorialidade de uma cidade monoindustrial, será preciso considerar o poder e sua manifestação espacial, configurando o território.

Para elucidação da problemática proposta, faz-se essencial destacar alguns aspectos conceituais que compõem a abordagem territorial, que nesse trabalho tem como referência Raffestin (1993), esse autor entende o território como espaço apropriado e delimitado a partir de relações de poder e a territorialidade como o vivido territorial na multidimensionalidade econômica, técnica, social, cultural e política.

O território é uma dimensão sociopolítica e socioespacial a um só tempo, cuja existência é definida e marcada por relações de poder, cuja estabilização exige a capacidade do ator dominante estabilizar a ordem social, estabelecer a coesão e produzir o território normado. Portanto o território é a multidimensionalidade das relações sociais, concretizado por meio de relações de poder e de dominação capazes de configurar, ordenar e organizar o espaço, estabelecendo determinada territorialidade que enquadre e delimite outras territorialidades que compõem o vivido territorial. (SANTOS, 2002).

Como se trata de relacionalidades, não existe determinações absolutas, pois são sempre contraditórias e os consensos são equilíbrios possíveis por determinado

tempo. No território todos os atores presentes estão agindo uns sobre os outros e, ao seu modo, utilizam o território como mediadores nessas relações. Logo, o equilíbrio pode sofrer variações, conforme o efetivo poder dos diferentes atores e da sua capacidade de mobilizar as territorialidades a seu favor ou contra os atores e projetos não desejados. (RAFFESTIN, 1993).

O conceito de sistema territorial, nos termos elaborados por Raffestin (1993) permite entender que esse é um campo de tensões com equilíbrio precário e temporário, nos quais atores estão em relações de conflitos e consensos, sendo todas relações, de qualquer natureza, marcadas pelo poder. Frisa-se que os atores são o Estado, empresas, organizações da sociedade civil, instituições diversas, classes sociais, grupos sociais e pessoas, cujas relacionalidades produzem as tessituras que formam o território e moldam as territorialidades que se expressam nas dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais. Os atores e as relacionalidades nas múltiplas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais são marcadas pelo poder e, dessa forma, esse condiciona as territorialidades. Trata-se de processos de territorialização, no qual o agir dos atores se dá por meio da mediação do território, numa dinâmica de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, um concomitantemente processo de perder/abandonar posição e recuperar/restabelecer posição de territorialidade. A territorialidade, portanto, pode se desfazer e, em seguida, pode se estabelecer nova territorialidade.

Pelas considerações apresentadas se justifica a escolha da temática deste estudo, cuja premissa dessa dissertação é de que a construção da cidade de Ipatinga se enquadra nestas argumentações teóricas. Diante disso, faz-se necessário apresentar brevemente a história da cidade de Ipatinga na perspectiva do conceito de processo de formação histórica do território. Isso possibilitaria estabelecer datas que são marcos e indicam momentos definidores das territorialidades, a partir do acontecimento fundador: o massacre de 7 de outubro de 1963<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> TULER, Marilene. **O Massacre de Ipatinga: mitos e verdades**. Belo Horizonte: O lutador, 2007; SOUZA, Paulo Roberto de. **Cultura, trabalho e conflitos em Ipatinga nos anos 60**. Dissertação de Mestrado. Uberlândia-MG: Departamento de História da UFU, 2007. FREITAS, Marcelo. **Não foi por acaso: a História dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no Massacre de Ipatinga**. Belo Horizonte: Comunicação de Fato, 2008. CENTRO DOS ESTUDOS DO TRABALHO. **O Massacre de Ipatinga**. Cadernos do CET nº 17. Petrópolis: Vozes, 1982; PEREIRA, Carlindo Marques. **O Massacre de Ipatinga**. 2 ed. São Bernardo do Campo: Departamento de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1987, VALADARES, Vagner

Ressalta-se ainda que a complexidade do objeto estudado o coloca no campo da interdisciplinaridade, pois abarca diferentes disciplinas, tais como o direito, geografia, arquitetura, sociologia, antropologia e história. Entretanto, na análise não se preocupou em segmentar essas diferentes áreas, mas se buscou tê-las em mente para compreensão da conjuntura da problemática proposta. Portanto, no decorrer da produção textual buscou-se construir uma narrativa tendo como eixo a abordagem territorial. A narrativa teve como propósito seguir uma ordem cronológica, porém não se prendeu a essa orientação. Sempre que necessário houve “idas e vindas” no tempo.

A metodologia empregada na construção dessa dissertação consistiu num levantamento teórico-bibliográfico qualitativo e exploratório, cuja revisão da literatura e levantamento documental forneceram elementos que serviram de base conceitual sobre as principais abordagens relacionadas ao estudo proposto. Sobre a metodologia qualitativa frisa-se que Silva e Menezes (2001) consideram que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Ou seja, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

Além do levantamento teórico-bibliográfico este estudo utiliza-se ainda de uma pesquisa exploratória, que segundo Mattar (2008), visa promover o pesquisado de maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva. Para tanto realizou-se uma pesquisa de campo no Sindicato de Ipatinga onde se teve acesso há diversas e ricas fontes sobre a história de Ipatinga e as questões trabalhistas: livros, revistas, matérias do jornalismo da região além das produções acadêmicas como artigos, dissertações e teses, citadas no decorrer do texto.

A organização do trabalho está dividida em três capítulos distintos, além desta introdução que apresenta uma abordagem sobre a temática proposta e as considerações colocadas ao final.

## 1 IPATINGA/MG: CIDADE MONOINDUSTRIAL E O CONTROLE SOCIOTERRITORIAL

A cidade de Ipatinga, no estado de Minas Gerais, nasceu e se desenvolveu como um centro urbano monoindustrial centrado na Usiminas. Reafirmar a questão operária na relação com o processo de construção da cidade como territorialidade é um tema que ainda não teve atenção adequada. Desta forma, considera-se importante tratar da questão pela abordagem territorial, pois a construção do território foi marcada por disputas intensas.

Esse estudo parte da premissa de que o ponto crucial na identidade de Ipatinga como uma territorialidade própria se deu a partir de dois acontecimentos traumáticos. O primeiro conhecido como Massacre de Ipatinga, ou seja, um conjunto de eventos ocorridos no dia 7 de outubro de 1963, que resultou em oito mortes e setenta e nove feridos. (TULER, 2007). O segundo refere-se à “nova” Usiminas que surgiu com a mudança de direção em 2008 e prosseguiu com as fortes disputas internas entre os acionistas controladores, inaugurando um período de crescentes perturbações na governança e, ao mesmo tempo, marcando o fim da denominada “cultura Usiminas”.

### 1.1 DO PEQUENO POVOADO JUNTO À ESTAÇÃO FERROVIÁRIA À CIDADE DE IPATINGA

A implantação das grandes indústrias siderúrgicas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, aproveitando a presença dos trilhos da Estrada de Ferro Vitória a Minas<sup>3</sup> (EFVM), das jazidas de minério de ferro e de outros recursos naturais e logísticos, fez surgir as cidades monoindustriais de João Monlevade, Timóteo

---

<sup>3</sup> EFVM é uma ferroviária da Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale S.A., que além do transporte do minério de ferro de Itabira/MG, também faz a interligação da região metropolitana de Vitória, no Espírito Santo, a Belo Horizonte/MG. A partir da construção da via férrea, iniciada em 1903 e concluída em 1942, antes da encampação pelo Governo Federal, se formaram povoados em torno das estações, que eram colocadas a distâncias determinadas. Os povoados formados deram origem a diversos municípios, tais como Conselheiro Pena, Periquito, Ipatinga, Coronel Fabriciano, entre outros. Para conhecer um pouco da história da EFVM, visite o site Museu Vale. Disponível em: <<http://museuvale.com/site/Website/Museu.aspx?id=5&tipo=3>>. Acesso em: 30 Maio 2018.

e, por último, Ipatinga. Esse processo de estruturação urbano-industrial moldou além da urbanização e das relações sociais, também o ambiente natural, socioambiental e socioterritorial. (COSTA, 1995).

A cidade de Ipatinga não pode ser dissociada em sua origem da formação da Usiminas, pois essa configurou e organizou o território, com a interferência também de fatores políticos e sindicais. Ipatinga surgiu do pequeno povoado pertencente ao município de Coronel Fabriciano. O local já era habitado desde 1922, quando se inaugurou a Estação Pedra Mole, mais próxima ao rio Doce, e a Estação Nossa Senhora, onde surgiu o povoado de Córrego de Nossa Senhora ou Horto de Nossa Senhora. Assim registra Genovez (2017, p.56):

A emancipação do distrito de Ipatinga de sua sede Coronel Fabriciano (localidades do Vale do Aço/MG), ocorrida em 29 de abril de 1964, resultou de um movimento territorial iniciado em 1948 com desfecho em 1964, quase um mês após o golpe militar. Nesse período ocorreram transformações políticas e econômicas no país e na região do leste de Minas Gerais, e é significativo pelo fato de o território deste Distrito ter sido escolhido para sediar o maior complexo siderúrgico já construído na América Latina, a Usiminas (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais).

Foi na segunda metade da década de 1950, com as obras de construção da grande siderúrgica e com o início do seu funcionamento, que enormes contingentes de imigrantes chegaram à região em busca de trabalho, sendo apenas uma parcela absorvida como trabalhadores da Usiminas.

O processo que configura a cidade de Ipatinga tem sua dinâmica marcada fortemente pelas relações entre os atores diretamente vinculados à Usiminas e pelos conflitos ligados a questão operária. Porém é particularmente marcada pelo poder da própria companhia, que se impõem sobre o conjunto dos demais atores.

Com a inauguração da Estação Ferroviária de Calado, em 1924, surge o povoado que dará origem à cidade de Coronel Fabriciano, onde se instalou a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira na década de 1930. Com centralização do serviço de exploração da madeira e produção de carvão vegetal da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (atual ArcelorMittal Aços Longos), surgiram ruas e construções de alvenaria. Momento também marcado pelo

desenvolvimento do comércio e a instalação do Hospital Siderúrgica (atual Hospital Doutor José Maria Morais), com o objetivo primordial de socorrer os trabalhadores com Malária e Febre Amarela, além de outras endemias comuns na época. (VALADARES, 2013).

Na década de 1940, o centro urbano se expandiu e a população cresceu significativamente, particularmente com o início das obras de construção da Companhia Aços Especial de Itabira (ACESITA) em 1944 (atual Aperam South América) e da construção da Usina Hidroelétrica de Sá Carvalho, iniciada em 1947.

O evidente crescimento urbano e os empreendimentos econômicos levaram à emancipação de Coronel Fabriciano do município de Antônio Dias, em 1948. Timóteo permaneceu como Distrito e, em 1953, o povoado de Ipatinga foi também elevado a Distrito, tendo ainda uma economia baseada na agricultura e na pecuária. Com o início de funcionamento da Acesita em 1949, intensificou-se a arrecadação do município de Coronel Fabriciano.

Ipatinga aparece em 1933 como um pequeno vilarejo, às margens da EFVM, com cerca de 300 habitantes e sem qualquer infraestrutura (GUERRA, 1995).<sup>4</sup> No site “Cidades”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE<sup>5</sup>, consta que em 1934 uma comissão da Companhia Belgo Mineira, liderada pelos Engenheiros Barboson e Louis Enschede, chegou à estação de Ipatinga com a finalidade de explorar a região, com o intuito de produzir carvão vegetal para dos altos fornos da usina de Monlevade. Em 1957, o local ainda não passava de um pequeno povoado ligado à estação ferroviária, cujos moradores eram envolvidos com a agricultura ou a produção de carvão. Outros fatores favoráveis ao desenvolvimento foram a Usina Hidroelétrica de Salto Grande a uma distância de 50 km, a existência de uma área plana e a presença do rio Piracicaba, quase na junção com o Rio Doce. (VALADARES, 2013).

As razões que motivaram a escolha do local para a implantação da Siderúrgica Usiminas atenderam a estudos técnicos, porém a presença da

---

<sup>4</sup> GUERRA, João Batista. **Vazio Verde – A amanhecer de Ipatinga**. Ipatinga: Empresa jornalística Revisão, 1995.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ipatinga/historico>>. Acesso em: 30 Maio 2018.

ferrovia capaz de abastecer a usina da matéria prima (minério de ferro e carvão mineral<sup>6</sup>) e, ao mesmo tempo, escoar a produção, foi um fator decisivo. Também não pode ser desconsiderada a vizinhança da siderúrgica Acesita, com um núcleo urbano já bastante desenvolvido. (CONTI, 1999).

As elites mineiras, em 1941, não receberam bem a decisão da construção da grande siderúrgica nacional em Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro (CSN – Companhia Siderúrgica Nacional). A Sociedade Mineira de Engenheiros, fundada em 1931; a Federação das Indústrias de Minas Gerais – FIEMG, criada em 1933, se juntaram ao movimento que ambicionava, desde a década de 1920, pela implantação de uma grande siderúrgica em Minas Gerais, particularmente as lideranças políticas ligadas ao ex-presidente Arthur Bernardes. As elites estaduais se uniram em torno desse interesse comum, considerado estratégico para superar o atraso econômico frente ao estado de São Paulo, centro da industrialização em curso no Brasil, pois esse era visto como uma ameaça à posição política que Minas no contexto nacional. (PACHECO, 1994; FARIA; PEREIRA, 2002; ANDRADE; CUNHA, 2002; MELLO, 2010; FURTADO, 2011).

A eleição de Juscelino Kubitschek para a Presidência da República (1956-1961) e seu Plano de Metas<sup>7</sup> foi primordial para a criação da empresa Usiminas (GOMES, 2009). Entre as metas de JK, a indústria de base ocupa uma importância significativa, abrindo-se aí a oportunidade de atender a reivindicação dos mineiros de implantar uma grande siderúrgica a carvão mineral na região do rio Doce, onde se encontrava o parque siderúrgico de carvão vegetal. Outra janela de oportunidade havia sido aberta pela busca do capital siderúrgico japonês por novos mercados para expandir seus investimentos, no contexto do milagre econômico do Japão, com suas taxas espetaculares de crescimento econômico. Os japoneses manifestaram interesse na exportação de sua tecnologia siderúrgica para o Brasil e em associar-se com investimento de capital, em busca de avançar no mercado

---

<sup>6</sup> Diferente da Acesita, que usava carvão vegetal, a Usiminas foi a primeira usina a utilizar o carvão mineral no estado de Minas Gerais.

<sup>7</sup> O Plano de Metas, cujo slogan era “50 anos em 5” foi um programa com objetivo foi consolidar a industrialização e modernização brasileira, iniciada com Getúlio Vargas, em 1933. O programa tinha metas setoriais organizadas em seis eixos estratégicos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e construção da nova capital.

competitivo tradicionalmente dominado por países como Inglaterra, Estados Unidos e França. (EMMENDOERFER, 2004).

Em 25 de abril de 1956 é fundada a Usiminas, tendo à frente Amaro Lanari Junior e Teizo Horikoshi, fruto da associação entre o Brasil e Japão. A Usiminas, em 1958, se tornou uma *joint venture*, com aportes de capitais do Governo de Minas Gerais, do Governo Federal e de acionistas japoneses<sup>8</sup>, ao mesmo tempo, que adotava a novidade da gestão compartilhada. Nesse mesmo ano, aconteceu a cerimônia de cravação da estaca para marcar o início da obra de construção da Usiminas conforme ilustrado a seguir.



Figura 01 – Cravação da estaca de início da obra da Usiminas - 1958.

Fonte: Jornal Estado de Minas, Jan. 2018.

Assim, na figura acima tem-se a cravação da estaca inaugural das obras da Usiminas pelo presidente Juscelino Kubistchek, com a presença do governador de Minas Gerais Bias Fortes, do presidente Lucas Lopes do BNDE, do embaixador do Japão Yoshiro Ando, do primeiro presidente da Usiminas Amaro Lanari Júnior e seu diretor Yukishi Sugihara e do Arcebispo de Mariana Dom Helvécio.

Em 1958 iniciou-se o processo de atração de imigrantes que estavam em busca de emprego no país, porém os que chegavam a Ipatinga

---

<sup>8</sup> “O capital ficou assim distribuído: 40% com o Governo Federal, 20% com o Governo de Minas Gerais e 40% com o grupo japonês”. (TULER, 2007, p. 25.)

encontravam muitas dificuldades de sobrevivência, pois era uma cidade efetivamente inexistente, prevalecendo condições precárias ou completa falta de infraestrutura urbana. Essa situação não se alterou nos primeiros anos da década de 60, desencadeando-se um quadro marcado por crescentes inquietações sociais provocadas pela falta de abastecimento de gêneros alimentícios, precariedade nas moradias, inexistência de lazer, de equipamentos urbanos, de educação e de saúde para suprir uma população crescente. (PAGNOSA, 2013).

O período de construção da Usiminas corresponde à conjuntura política e econômica do país, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961), marcada por grande otimismo desenvolvimentista em diversas frentes (Plano de Metas). A grande siderúrgica que estava sendo erguida em Ipatinga é um dos componentes importante dessa fase de grande otimismo que tomou conta do país.

Nesse contexto sócio histórico observou-se uma crescente chegada de imigrantes à cidade de Ipatinga em busca de trabalho. Vale ressaltar que essa população advéncia não formava ainda uma sociedade coesa e ordenada, pelo contrário, Ipatinga se tornou um aglomerado marcado por diferentes tensões, conflitos e violência.

Durante o processo de contratação da Usiminas, os trabalhadores e a população em geral foram submetidos a diferentes mecanismos de coerção social, impostos de forma truculenta e abusiva pelas empreiteiras, inclusive as contratadas para fornecer moradia, alimentação e transporte dos trabalhadores empregados na obra. Esses serviços eram prestados de forma precária. (TULER, 2007).

Portanto, neste período que Ipatinga sofreu profundas modificações com o início da obra de construção da Usiminas, cuja inauguração se deu no dia 26 de outubro de 1962, com o nome de Usina Intendente Câmara. Assim, o pequeno povoado se vê transformado radicalmente depois que a comissão composta pelos sócios nacionais e japoneses realizou a cerimônia que marcou o início das obras de construção da usina. Pois, o rápido aumento da população foi resultado da chegada diária de imigrantes em busca de trabalho.

Ipatinga, que tinha pouco mais de trezentos habitantes, tem sua população aumentada para 9.114 habitantes. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1974).

Segundo Valadares (2013) para as instalações da Usiminas foram adquiridas grandes áreas no entorno da pequena vila do distrito de Ipatinga (Figura 02). Bem como áreas para construir os bairros que comporiam o projeto urbanístico contratado pela empresa. Isso resultou na expulsão de populações já instaladas, e de novos moradores que haviam chegado em busca de trabalho ou antigos habitantes do distrito, inclusive da zona rural. Essas populações se deslocaram para a nova área de Ipatinga que crescia espontaneamente, ampliando os fatores de tensão social e conflito.



Figura 02 – Panorâmica da Usiminas - 1967.

Fonte: PINTO; SOUZA, 1967.

Na figura acima tem-se a vista panorâmica da área onde se foi instalada a Usiminas, em 1967, podendo se observar os trilhos da EFVM cortando a paisagem, ao centro.

A construção da Usiminas trouxe de imediato milhares de imigrantes para a vila de Ipatinga, que não podia oferecer as mínimas condições sanitárias e urbanas para esses adventícios. A decepção tomava conta os imigrantes assim que chegavam, pois imaginavam uma cidade, mas não encontravam os mínimos meios para se instalarem. A primeira imagem que viam era o enorme

vazio aplanado por máquinas demonstra a Figura 02, onde se construía a siderúrgica e se erguia os bairros planejados. (FARIAS, 2005). Junto com os habitantes que vinham atrás de emprego, também chegavam ao povoado os fornecedores para as obras em andamento, prestadores de serviços, comerciantes de todo gênero e centenas de prostitutas. Entre todas as dificuldades sanitárias e de infraestrutura urbana, os imigrantes que vinham de longe ou da própria região não encontravam moradia. (SOUZA, 2007; SAMPAIO, 2008).

De acordo com estudos apresentados por Tuler (2010), para os trabalhadores das empreiteiras, foram erguidos alojamentos feitos de madeiras, cada um deles com até cem homens, acomodados em beliches sem qualquer conforto. As dificuldades eram tantas, que surgiram as chamadas “repúblicas de operários”, onde as camas eram alugadas por turno e não o quarto, onde a ocupação das camas seguia uma escala, feita de acordo com o turno de trabalho. Os que não tinham trabalho nas obras, construíram barracos de madeira às margens do Ribeirão Ipanema, conforme demonstrado na Figura 03 a seguir, usando o curso d’água para todas necessidades, inclusive como sanitário.



Figura 03 - Barracos de madeira na Rua do Buraco, Ipatinga-MG

Fonte: SOUZA, 2014, p.59.





Figura 05 – Bairro Cariru, Ipatinga/MG.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ipatinga/MG.

O Bairro Cariru foi planejado no primeiro plano urbanístico elaborado para a Usiminas, se construiu residências para técnicos, imigrantes japoneses e o Colégio São Francisco Xavier, aberto pela Usiminas, em 1962.

A cidade de Ipatinga surge e se consolida como um centro urbano monoindustrial, isto é, presença de uma única grande indústria que se encarregou de planejar a cidade, urbanizá-la e ordená-la territorialmente. Esse processo seguirá um curso lento, apesar de constante, conforme expande a própria Usiminas. Os espaços urbanos vão surgindo segmentados, tendo no centro a área em que se encontra instalada a siderúrgica. As relações sociais estabelecidas estão submetidas à lógica da repartição e segmentação do espaço (Figura 4), com a finalidade de produzir a segregação entre os vários estratos que compõem o corpo de operários, funcionários e diretores da usina. No mesmo sentido, entre o conjunto dos empregados da Usiminas e o restante da sociedade, se forma uma segregação socioespacial marcante, que define o lugar do indivíduo e da família na sociedade, formada por diferentes estratos.

Conforme Costa (1979), inclusive separando e distinguindo a cidade privada (da Usiminas) e cidade pública (que se desenvolve à revelia da usina).

Nas palavras de Sampaio (2008, p.30) "Ipatinga, assim, já nasce com duas realidades bastante distintas, um espaço minuciosamente planejado e outro sem nenhum planejamento, estando este último mais próximo da realidade da maioria das cidades brasileiras".

O modelo seguido em Ipatinga pela Usiminas, implantar um projeto urbanístico para atender aos seus funcionários e operários, à semelhança do que se fez em Volta Redonda pela CSN, não era novidade, mas correspondia a uma prática que se estabeleceu na segunda metade do século XIX. Desde os seus primórdios, esse modelo permitia o controle sobre sua força de trabalho, tanto no âmbito da empresa como fora dos seus muros, restringindo a autonomia individual e familiar e, ao mesmo tempo, servindo de instrumento suplementar de subordinação e exploração do trabalhador.

Esses núcleos urbanos criados pelas empresas têm ganhado nomenclaturas como "cidade operária", "cidade-empresa", "cidade-companhia" ou "cidade nova". No caso de Ipatinga, a projeto urbanístico, concebido a partir de 1956, comportaria uma população de cerca de 37 mil pessoas, sendo chamada de "cidade" desde o primeiro momento. Os bairros, à medida que iniciavam as obras, eram chamados de "núcleos residenciais". (BARROS, 2001).

Nessa perspectiva, Oliveira (2005) enfatiza que as cidades monoindustriais refletem o excepcional poder de intervenção e gestão do espaço pela grande empresa, cujo resultado é o fracionamento das relações socioespaciais. A cidade é criada e funciona para atender as finalidades e conveniências do capital industrial. Ipatinga é um exemplo da atuação de uma agente com poder efetivo de produzir o urbano e conformá-lo como um típico caso de *company-town* (cidade-empresa). A Usiminas concebeu a cidade como seu próprio espaço, determinando a posição e circulação ao moldar as formas espaciais, exercendo domínio político (no plano municipal) e inibindo movimentos populares que poderiam se opor a suas diretrizes.

A história da origem da cidade de Ipatinga/MG foi marcado por tensões crescentes criadas pela falta de condições urbanas e de trabalho. Não é possível separar os dois componentes no primeiro momento.

Nos primeiros anos de funcionamento da Usiminas os operários eram representados pelo Metasita - Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgica Timóteo e Coronel Fabriciano/MG, cuja base principal eram os operários da siderúrgica Acesita. (PAGNOSSA, 2013).

Dos 15 mil operários que trabalhavam para a Usiminas, somente 8 mil eram funcionários efetivos da siderúrgica e tinham acesso à moradia, estabilidade no emprego, assistência médica e educacional. Os trabalhadores das empreiteiras tinham condições de trabalho muito diferentes: não tinham carteira assinada; recebiam salários bem menores; eram obrigados a morar em lugares precários e distantes; tinham que se deslocar por conta própria para o local de trabalho; não possuíam estabilidade no emprego; recebiam salários em forma de vales que só podiam gastar no armazém da própria empreiteira. Os trabalhadores das empreiteiras permaneciam em constante déficit com os empregadores, estabelecendo uma relação de completa dependência. (TULER, 2007).

Entretanto, os operários da Usiminas também tinham queixas, particularmente sobre a insalubridade do trabalho junto aos altos-fornos, pela temperatura que eram obrigados a suportar e dos gases tóxicos, além de estarem submetidos a uma disciplina rigorosa e autoritária. O transporte era precário e sem segurança, pois se deslocavam dos alojamentos à usina (e vice-versa) em cima das carrocerias de caminhões. A alimentação era feita nos refeitórios, porém esses eram em números insuficientes para atender a demanda por refeições. (FARIAS, 2005).

Para ilustrar cita-se o depoimento de um antigo funcionário da Usiminas (Adil Albano), o qual relatou que “na usina foi crescendo uma revolta muito grande com relação ao salário defasado, à vigilância mal-educada e à polícia montada tratando o pessoal de forma brusca e violenta. A gente era vistoriado nas portarias”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA, 1991, p.81).

Portanto, o clima geral, nos primeiros anos de funcionamento da siderúrgica Usiminas, tanto entre os operários da usina como entre os trabalhadores das empreiteiras, era de descontentamento e revolta. Isso devido à má alimentação, ao transporte precário e à forma de tratamento por parte dos

vigilantes, sendo que para os segundos também pesavam os baixos salários e a falta de moradias.

Apesar da Usiminas tentar conter os conflitos sociais e reivindicatórios dos operários, estes tiveram apoio do sindicato Metasita, nas suas reivindicações de melhores condições conforme as apontadas anteriormente e particularmente contra a violência dos vigilantes. Esse quadro geral culminou com o Massacre de Ipatinga, em 1963.

## 1.2 DO MASSACRE À TUTELA DA USIMINAS SOBRE O SINDICATO E A CIDADE

No livro intitulado “Massacre de Ipatinga: Mitos e Verdades” segundo Tuler (2007), a autora enfatiza existir uma cultura Usiminas que atribui aos seus funcionários, operários e familiares um conjunto de regras que ao serem seguidas trariam recompensas e outras que se violadas demonstrariam falta de comprometimento e desajustamento. Ou seja, desde o início de suas atividades a Usiminas buscou impor uma cultura normada para seus funcionários e operários, bem como estabelecer um território normado, acrescentando sempre mais regras não apenas ao ambiente interno da empresa, mas sobre o conjunto do território e das relações sociais.

A finalidade era manter um ordenamento territorial capaz de produzir um ambiente controlado que favorecesse a produtividade do trabalho e a coesão social. A organização do trabalho assentava-se num processo de segregação: uma desigualdade entre trabalhadores da Usiminas e trabalhadores das empreiteiras. Esses últimos não se enquadravam ao padrão definido pela empresa nem possuíam a distinção de funcionário da Usiminas, ou seja, havia um processo de marginalização dos trabalhadores que não se enquadravam na categoria funcionários da Usiminas.

Entretanto, no início da atividade da siderúrgica a cultura Usiminas criada não estava implantada e a regulação do território era muito embrionária. Espacial e socialmente marcado pela segregação, Ipatinga apresentava diversos pontos geradores de tensões entre os diferentes estratos da população. Conforme Souza (2007), a Usiminas temerosa com a insatisfação

dos seus operários, num ambiente marcado por diversas carências urbanas, usou de sua influência para solicitar a intervenção do governo de Minas Gerais com a segurança da empresa. Este respondeu aumentando os efetivos policiais e ordenando o aumento o controle sobre os trabalhadores e a população, particularmente para manter controle sobre os operários na hora de saída da empresa.

A truculência dos vigilantes que trabalhavam no interior da empresa se tornaram um dos principais fatores geradores de tensão entre os operários e trabalhadores das empreiteiras. Com o aumento do clima geral de tensão entre os operários, o governo estadual enviou a Cavalaria Montada da Polícia Militar de Minas Gerais, subordinada ao Sexto Batalhão de Governador Valadares. Os militares passaram a comandar os trabalhos de vigilância e fazerem a imposição da ordem. Entre os fatores que explicam o desencadeamento das revoltas de rua, em outubro de 1963, o estopim foi a violência dos vigilantes no trato com os operários. (TULER, 2007).

O cenário que antecede a explosão de outubro de 1963 é enfatizado por Tuler (2007, p.47): “Evidentemente que o clima era extremamente tenso: discussões, comparações dos reajustes salariais concedidos por outras empresas do país”, entre outras questões trabalhistas. Se somavam a essas questões, as insatisfações frente às precárias condições urbanas e de vida, vigentes no distrito de Ipatinga. O clima se agravou pelo fato do restante da população viver em condições ainda piores. Os operários tinham se organizados com a orientação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Coronel Fabriciano (Metasita), organização sindical dos operários da Acesita e reivindicaram questões trabalhistas, tais como melhorias das condições de trabalho; equipamentos de segurança, melhoria das refeições e reajuste salarial, além das questões urbanas de moradia e transporte.

Um documento que atestam essa insatisfação trabalhista dos operários da Usiminas, além dos trabalhos já mencionados acima, foi a ata de uma reunião (documento anexo), realizada no restaurante popular do bairro Horto, conhecido pelo nome SAPS (sigla do armazém mantido pelo governo estadual), em 29 de setembro de 1963. Foi a primeira Assembléia na qual participaram os operários da Usiminas e o sindicato Metasita, com o objetivo de

levantar as reivindicações dos operários, constando em seu texto a reclamação em relação ao aumento salarial de 31,5%, a contar de 1º de julho de 1963 e e anunciava a possibilidade de greve, caso a Usiminas não concedesse o aumento. A ata dessa primeira reunião demonstrou de um lado o clima geral de insatisfação e, por outro lado, comprovou que os operários estavam se organizando e iniciavam um movimentoreivindicatório auxiliados pelo sindicato Metasita. Entretanto, a conjuntura de crise econômica do país e a situação da empresa dificultavam o atendimento das demandas operárias<sup>9</sup>.

No dia 6 de outubro de 1963, durante a troca de turno, próximo às 22 horas houve uma confusão na revista dos operários, quando um operário foi espancado por vigilantes, causando grande descontentamento entre os trabalhadores. A revolta explodiu entre os operários e se estendeu para fora da empresa. As forças policiais acionadas pela empresa decidiram reprimir os trabalhadores que já estavam em seus alojamentos, que foram invadidos pela polícia quebrando as portas, beliches, armários e prendendo vários trabalhadores. Essa atitude aumentou o conflito, que também se voltou contra os militares e avançou até a madrugada, sendo interrompido apenas depois da intervenção do pároco Padre Avelino. Foi feito um acordo de que haveria nesse dia 7 de outubro de 1963 uma reunião no Escritório Central da Usiminas, entre da empresa com o sindicato. (TULER, 2007).

No Escritório Central da Usiminas, pela manhã, se reuniram os representantes do sindicato e os representantes da Usiminas, tendo à frente Gil Guatimosin, além do padre Avelino e do capitão da polícia militar Robson Zamprogno. Ao mesmo tempo, do lado de fora da portaria da usina começou a se formar uma grande manifestação, com a presença de milhares de operários da Usina e trabalhadores das empreiteiras.

A conjuntura nacional não ajudou na solução pacífica dos conflitos trabalhistas, pois no segundo semestre de 1963 o país apresentava um clima de tensões com greves generalizadas, conflitos abertos no campo e manifestações de rua, tanto de esquerda quanto de direita. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que estava em vigor desde de 1º de maio de 1943,

---

<sup>9</sup> A previsão orçamentária da União, para aquele ano, limitava o aumento a 11%; pois a Usiminas ainda não apresentava lucro e, numa situação de déficit, não estava em condição de conceder aumento. (VALADARES, 2013).

estava contaminado na sua efetividade jurídica por essas crescentes tensões e pelos conflitos que antecederam ao Golpe Militar de 31 de março de 1964. Nesse contexto, os dispositivos jurídicos, cujo objetivo era regular e pacificar as relações entre capital e trabalho, se mostraram completamente ineficientes.

Em Ipatinga, quando os manifestantes começaram a gritar suas palavras de ordem, o capitão Zamprogno ordenou aos 19 policiais que estavam em um caminhão estacionado na portaria da usina que atirassem contra a multidão na tentativa de calar os operários. Essa ordem resultou em 8 mortes, que não se restringiram à portaria da empresa, pois ao retirar-se do local os policiais não cessaram de atirar, atingindo muitas pessoas que estavam no seu percurso, incluindo um bebê, que morreu na hora. (TULER, 2007; REVISTA IPATINGA, ANO 20).

Freitas (2008, p.05) relata o que teria acontecido:

A empresa havia se comprometido a analisar as reclamações dos trabalhadores quanto às deficiências na infraestrutura. Para que a dissolução da aglomeração formada em frente à usina se desse de forma "honrosa" para os dois lados – trabalhadores e policiais – ficou acordado que sua dissolução se daria de forma simultânea. Nem os trabalhadores deixariam o local primeiro, nem os policiais. No momento em que os participantes da reunião se encaminhavam para o local da aglomeração, começaram os disparos.

Como visto diversos fatores conduziram para a erupção do conflito, indo além de questões trabalhistas, mas incluíam um conjunto de exclusões sociais: falta de moradias dignas; transporte precário e perigoso; falta de lazer; violência no trato com operários por parte da vigilância; falta de condições sanitárias e de saúde. Além das condições em que viviam e trabalhavam aqueles vinculados as empreiteiras e prestadores de serviços para a Usina, cuja mão de obra era explorada de forma desordenada e humilhante, com condições muito piores que a dos operários da usina.

Somente depois do Massacre a empresa e o governo decidiram pelo acordo, atendendo às reivindicações dos operários: trocar o corpo de vigilantes, punição dos envolvidos no massacre, igual remuneração para empregados que exerciam as mesmas funções, controle na saída de forma digna e coerente, além disso, não haveria punição para os operários que

participaram das manifestações e seria dada assistência às famílias das vítimas. (VALADARES, 2013).

Esse episódio de 7 de outubro de 1963 marcou uma virada na concepção de gestão da Usiminas, que adotou uma política paternalista em relação aos seus empregados, oferecendo benefícios para compra da casa própria, assistência médica e odontológica, mercado próprio para seus operários fazerem compras de alimentação, vestuário e medicamentos, além de construir um clube de lazer. Também passou a auxiliar a administração pública na construção de escolas, tudo visando a melhoria de vida dos seus empregados e seus familiares. (TULER, 2007).

Após o Massacre, aconteceu o prometido pela Usiminas, inclusive aumento de salário e substituição do quadro de vigilantes. Os militares envolvidos no massacre foram punidos, porém as penas foram extintas meses após o golpe militar. O Massacre se tornou um marco social e simbólico fundamental na constituição da cidade de Ipatinga. Dando-se assim a emancipação do município, três semanas depois do golpe militar, em 21 de abril de 1964. Para Aparecida Sampaio (2008, p.32):

Pode-se considerar que o marco da construção do espaço público na cidade foi o episódio conhecido como “Massacre de Ipatinga”, fato ocorrido em 07 de outubro de 1963, quando os operários da Usiminas realizaram uma greve denunciando as péssimas condições de transporte, alimentação, moradia, baixos salários, falta de lazer e o intenso e violento controle exercido pelos vigilantes da empresa.

Coadunando à assertiva acima, Braga (1995, p.1080) considera o massacre de outubro de 1963 “como o mais importante episódio da luta de classes em Ipatinga, possuindo um forte componente ligado à luta urbana”. É importante ressaltar a presença dos dois componentes que se desembocam no massacre de 7 de outubro: o direito ao trabalho e a questão urbana.

Como aponta Tuler (2007), o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Timóteo e Coronel Fabriciano (Metasita) possuía uma postura “combativa”, tendo liderado várias greves na siderúrgica Acesita, entre os anos 1961 e 1963.

Segundo Alves (2016, s/p.):

O acordo ainda estava sendo implementado, quando Ipatinga, como todo o país, foi atingida por uma tragédia maior: o golpe de Estado de 1º de abril de 1964. Os operários que mais se destacavam nas lutas foram caçados como ratos; muitos foram presos, torturados, mortos; líderes sindicais, cassados. Em 1965, os policiais foram absolvidos pela Justiça Militar. As vítimas foram transformadas em réus. As pensões das viúvas, cortadas. Magalhães Pinto, que era Governador do Estado de Minas Gerais, na época do massacre, foi o principal líder civil do golpe de 1964<sup>10</sup>.

Destaque-se que os operários da Usiminas também estavam vinculados ao Metasita, porém no mesmo processo de criação do município de Ipatinga, também foi criado o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (Sindipa), em 1965, sob a tutela da siderúrgica. Foram parte de uma mesma resposta ao Massacre: a emancipação de Ipatinga, logo após o golpe civil-militar, em 29 de abril de 1964, e a criação do Sindipa, em 1º de maio de 1965. Para Farias (2010, p. 91), esse “afastamento dos trabalhadores da Usiminas do Metasita foi uma estratégia para facilitar a implantação de um sindicato assistencialista, subordinado aos interesses da Usiminas”. Desde então, o sindicato mantém uma linha que busca a harmonia entre o trabalho e o capital, valor esse considerado fundamental no que se denominou “mundo Usiminas”. Na prática isso significa uma atitude de “submissão” evita de todos os modos qualquer confrontação com a direção da empresa.

A cidade de Ipatinga, que ainda era incipiente em 1967, seria moldada pela tutela da Usiminas, no contexto do regime autoritário e de controle da força de trabalho.

Valadares (2013, p.37) identifica na formação de Ipatinga processos marcados por intensas transformações sociais e relações de poder.

No mesmo sentido, Furtado (2011, p.185) destaca que:

A estrutura urbana da cidade-empresa, em que pessoas de mesmo nível e/ou área funcional conviviam nos mesmos bairros e clubes, facilitou o controle em relação à vida privada dos empregados. Mais um preço a pagar pela vida na cidade que tinha sido “civilizada”.

---

<sup>10</sup> “O Vigilante é um tipo comum nas grandes empresas do Rio Doce, e suas histórias são sempre as mesmas, terminando em massacres.” Veja em: “Usiminas: escravidão e violência”. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, ano V, n. 249, p. 7, de 29 de novembro/5 de dezembro de 1963. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B26h2lpJWMIYU1VvcWI4RHlhY0ZKV3gyaXBXZ1NTek1vZ01Z/edit>>. Acesso em: 24 Maio 2018.

Portanto, se constitui uma mesma dinâmica de controle socioterritorial, tanto sobre o sindicato dos operários quanto em relação ao novo município: ambos ficam sob a tutela da Usiminas.

O poder monoindustrial assumiu para si o comando sobre a vida pública e privada na cidade de Ipatinga, a gestão dos espaços urbanos e sociais, bem como a função de regular e gerir as tensões criadas pelas desigualdades sociais provocadas pela sua presença e funcionamento. O ordenamento territorial moldou espaços segregados, que facilitavam o controle e normatizava as relações sociais no interior da cidade planejada.

Assim, pode se afirmar a existência da cidade privada, isto é, a cidade concebida e organizada pela siderúrgica, cuja presença da Usiminas se fazia também por meio de fornecimento de serviços e manutenção de uma infraestrutura urbana superior. Entretanto, isso não evitou que se formasse outra cidade ao largo da cidade privada, ou seja, áreas urbanas que cresceram desordenadamente e fora da influência da empresa. Essa é a “cidade pública”, que surge e cresce espontaneamente, sem planejamento ou programação, ao ritmo das chegadas de novos migrantes provenientes de diferentes regiões próximas ou distantes; um intenso fluxo de pessoas provenientes do meio rural, que vão viver em espaços precários sem infraestrutura urbana, formando uma população majoritariamente de baixa renda, sem escolaridade e carente de serviços urbanos e oportunidade de emprego.

A expansão urbana ocorreu de modo desigual e, ao mesmo tempo, a dinâmica socioterritorial não se diferenciou do contexto dominante da urbanização do país, marcado pela má distribuição de renda, pela existência áreas urbanas precárias e pelo acesso diferenciado às riquezas advindas do crescimento econômico. Não se pode falar em desenvolvimento social para a maior parte da população e, especificamente no caso de Ipatinga, sua formação e crescimento exprimiram os interesses da grande indústria. Ser empregado da Usiminas era a senha de acesso à cidade do supermercado/alimentação (CONSUL), da farmácia (CONSUL), do hospital (Márcio Cunha), da Educação (Colégio São Francisco), do lazer (USIPA e Lagoa Silvana), da cultura (Centro Cultural Usiminas, Teatro e Cinema), da casa própria nos bairros planejados pela empresa. (DOROTÉO, 2005).

O espaço urbano de Ipatinga expressa na sua formação o exercício direto do poder político local pela Usiminas, exercendo uma influência direta sobre o poder municipal e sobre a sociedade civil. O poder monoindustrial moldou a produção do espaço urbano, deixando notório o comando feito sobre a vida pública e privada na cidade de Ipatinga e as desigualdades sociais geradas por essa intervenção. (BRAGA, 1995).

Assim, pode-se afirmar que a cidade monoindustrial se define pela predominância de uma única firma capaz organizar seu próprio espaço urbano (cidade privada) e, em consequência, gera segregação espacial entre a cidade pública e cidade privada. (COSTA, 1979).

Beltrame (2010) analisou os processos de dualidade presentes na constituição da cidade empresa Ipatinga, caracterizada pela fragmentação entre cidade-fechada e cidade-aberta. A designação cidade-empresa indica a particularidade do tipo de cidade no qual o nexo entre o urbano e a empresa é mais evidente, porque prevalecem “estreitos vínculos entre a aglomeração e a empresa”. Cidades monoindustriais estão atadas às diretrizes da empresa que as definem, não somente na urbanização, mas também na dinâmica econômica e social. A cidade-aberta acaba tendo uma continuidade da disciplina usada dentro da siderúrgica e na cidade-fechada.

Percebe-se assim que a cidade de Ipatinga se formou marcada pela segregação socioespacial entre a cidade construída pela Usiminas, cidade privada, e a cidade que surgiu espontaneamente, cidade pública. "Ipatinga, assim, já nasce com duas realidades bastante distintas, um espaço minuciosamente planejado e outro sem nenhum planejamento, estando este último mais próximo da realidade da maioria das cidades brasileiras". A divisão do espaço urbano em privado e público são atributos de cidades monoindustriais e se estabelecem devido a uma única grande empresa incumbida de prover as condições gerais da produção, da reprodução ampliada da força de trabalho e de sua urbanização, havendo na maioria das vezes, nestes espaços, a predominância dos interesses privados sobre os interesses públicos. (SAMPAIO, 2008).

É preciso considerar, no entanto, as mudanças provocadas pelo fim do regime militar e pela promulgação da Constituição Federal de 1988. A nova

carta acentua em seu artigo 114, § 2º, a legitimidade do poder normativo da Justiça do Trabalho. Os regulamentos presentes no art. 7º, por sua vez, objetivam o progresso da conjunção social do trabalhador, desenhando assim a proteção do trabalhador. Portanto, o direito ao trabalho, presente na nova Constituição, é tratado como direito fundamental, relevante para o crescimento e dignidade de cada ser humano. Nesse âmbito, Jorge Miranda (1993) constata que os direitos dos trabalhadores têm por sustentação os princípios que valorizam a liberdade de iniciativa e a valorização do trabalho como condição da dignidade humana.

As mudanças do sistema político-jurídico obrigam a Usiminas a adequar-se aos novos tempos, tornando ainda mais importante ter o sindicato alinhado à direção da empresa. Portanto, no novo cenário constitucional não se pode desconsiderar o esforço da Usiminas de manter a tutela sobre o sindicato e as relações de trabalho.

Isso porque a Constituição de 1988 assinalou considerável avanço nos direitos trabalhistas e sindicais, sob a égide dos direitos sociais e dos direitos fundamentais. O direito ao trabalho foi inserido em vários princípios constitucionais. Cita-se como exemplo o princípio da proteção, podendo ser dividido em três: a) o *in dubio pro* (na dúvida, a favor do) operário; b) o da regra mais favorável; c) a regra da condição mais benéfica. Com esse princípio, o constituinte manifestava sua intenção de igualar os desiguais no direito do trabalho: dar garantias em benefício do trabalhador como a parte economicamente considerada hipossuficiente.

Um aspecto importante dessa tutela sobre o sindicato pela empresa está no fato de que as garantias constitucionais não livraram os trabalhadores de terem seus direitos flexibilizados. Silva (2002), ensina que no contexto jurídico o significado da palavra “flexibilização” não perde sua etimologia latina (*flecto, flectis, flectere, flexi, flectum*), que significa curvar e dobrar.

Nascimento (2003, p. 67), no mesmo sentido, diz que a flexibilização é o afastamento da rigidez de algumas leis para permitir, diante de situações maior dispositividade das partes para alterar ou reduzir os seus comandos.

Complementando os autores acima, Martins (2002, p. 6), afirma que:

[...] a flexibilização não é um instituto jurídico, e sim uma reação do subsistema jurídico a uma provocação de outros subsistemas, principalmente o econômico e o social. Pode-se dizer, assim, que flexibilização é a ação de flexibilizar, de tornar flexível, ou seja, de minimizar a rigidez das normas do Direito do Trabalho no campo em que estiver atuando.

Em seu artigo 7º, a Constituição Federal de 1988 permitiu acordos que produzissem alterações no que estava estabelecido regularmente na norma, via ações negociais entre sindicatos ou do sindicato dos trabalhadores com a empresa<sup>11</sup>.

Barros (2006), apesar de lembrar que a motivação fundamental é de ordem político-social, visando “corrigir as diferenças, elevando o nível social da classe trabalhadora”, explica que o direito do trabalho:

[...] possui, sem dúvida, um sentido político-econômico refletido de forma clara não só nas leis que dispõe sobre matéria salarial, mas também naquelas disciplinadoras das licenças, dos descansos e das férias, além de outras, pois nesses períodos, a empresa necessitará de mais empregados para manter os níveis de produção. (BARROS, 2006, p.82).

Portanto, no campo trabalhista, a Usiminas procurou fechar as possibilidades de sucesso da oposição sindical, no contexto delimitado pela nova Constituição Federal, particularmente como forma de aproveitar as brechas do artigo 7º e as aberturas para a flexibilização. Este é um ponto central que remete à frágil aproximação entre as cúpulas sindicais e suas bases e a seu potencial de representatividade.

Neste sentido, isso revela parte da história das relações de trabalho no país que se destaca exatamente por sua extrema flexibilidade e precariedade.

---

<sup>11</sup> Essa questão torna-se ainda mais relevante no contexto atual vivenciado no Brasil, em função da recente reforma das leis trabalhistas, atenuando o alcance protetivo dos trabalhadores, aprovada pelo Senado, em 11 de julho de 2017.

## **2 A CULTURA USIMINAS E SUA INFLUÊNCIA NA DETERMINAÇÃO DOS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS DE IPATINGA**

Para iniciar esta discussão, inicialmente ressalta-se que diversas pesquisas foram feitas sobre a temática do que se denominou “cultura da Usiminas”. Porém o presente estudo não visa especificamente essa questão, apesar de utilizá-la como subsídio para o andamento da pesquisa e, ao mesmo tempo, tomar como um dos recortes temporais o ano de 2008, quando se deu o rompimento com essa cultura pela nova governança empresarial que assumiu o controle da empresa.

### **2.1 CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO**

No início dos anos 1950 os operários da siderúrgica Usiminas eram representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Coronel Fabriciano (METASITA). Essa entidade era “porta-voz” dos trabalhadores junto aos diretores da empresa, tendo negociado com os civis e dirigentes da Usiminas após a ocorrência do Massacre de 1963.

Embora os metalúrgicos tenham vivenciado um momento de progresso nas relações de trabalho neste período histórico, resultado da atuação de um sindicato de oposição e em virtude do Massacre de 1963, segundo Freitas (2008) o sindicalismo que surgiu em Ipatinga nasceu submisso à empresa Usiminas buscando a conciliação e a boa relação com os diretores da siderúrgica.

Oportuno ressaltar que ao mesmo tempo em que os militares reprimiam cidadãos que se realçavam por envolverem politicamente, a gerência da Usiminas construía uma nova forma de atuação com os operários e divulgava uma imagem de crescimento e bem-estar social conhecida como “cultura Usiminas”, numa tentativa de apagar qualquer relação da empresa com o massacre. (PAGNOSSA, 2013).

Foi no início da "Ditadura Militar" em 1964, com discursos de que ninguém criticaria publicamente o Regime Militar, que surgiu também o

Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga e Região (SINDIPA), órgão sindical que passou a representar os trabalhadores metalúrgicos de Ipatinga.

A aliança com os japoneses firmada em 24 de maio de 1957, que constituiu a *joint venture* Brasil-Japão, responsável pela construção da siderúrgica e posteriormente o processo de aprendizagem com os japoneses, consolidou a introdução de uma cultura, tendo os nipônicos relevante papel como parceiros e orientadores dos brasileiros.

Essa cultura, por meio dos valores praticados pelos funcionários desde o alto escalão até o “chão de fábrica”, acompanharia as gerações que passaram pela empresa, desde seu início, promovendo uma combinação singular nipo-mineira de gerir a empresa. Essa parceria com o sócio japonês originou uma configuração que bloqueou a intervenção política, mesmo com a participação estatal significativa no capital social da siderúrgica. (PARDINI, 2009).

Desde o evento do massacre de 1963, a Usiminas havia assumido a responsabilidade pelo bem-estar dos trabalhadores, mas para isso havia um preço: os operários deveriam comportar-se como homens de cultura, ou seja, comportarem-se como pessoas civilizadas que “não aprontam confusão”. O discurso pronunciado na presença do primeiro presidente da Ditadura Militar trazia regras que deveriam ser seguidas: “dedicação em tempo integral, a vista grossa em relação à nova vigilância que se instala – discreta, polida, mas contínua”. (FURTADO, 2011).

Desde modo a conformação da cidade concorreu para reforçar o sentimento de “comunidade” e posteriormente de “família” que se foi implantado, e que formalizava as pessoas a trabalhar juntas, morar juntas e se divertirem juntas.

Segundo Sampaio (2008) essa fala legitimada pela Usiminas, forjou em seus funcionários e naqueles que viviam na cidade, uma fantasia de harmonia e equilíbrio entre capital e trabalho, contradizendo assim o massacre ocorrido em 1963. Além de implantar um discurso na cidade de Ipatinga como meio de influência simbólica conhecida como cultura Usiminas, através do qual fazia os ipatinguenses acreditarem que trabalhar na siderúrgica era uma segurança e uma forma de acesso à habitação, à infraestrutura, à saúde, ao lazer.

Nesse sentido, no que tange à infraestrutura e habitação, Freitas (2011) aponta que a usina siderúrgica tinha o objetivo de erguer somente os bairros operários, precisamente opostos à linha do trem, e construí-los distantes dos “barracos” da vila, onde residia um terço ou quase metade da população total do município.

Ainda, segundo Conti (1999) a maior parte da população de Ipatinga, vivia em áreas de risco, de ocupação ilegal, debaixo de pontes ou às margens do Ribeirão Ipanema, perto do centro da cidade. E vale destacar ainda:

A empresa, na construção da cidade de Ipatinga, organizou os bairros fundados por ela, de forma diferente dos bairros que foram surgindo espontaneamente, essas diferenças podiam ser vistas pelas formas na organização espacial, na qualidade dos equipamentos urbanos e nos tipos de moradores de cada bairro. (OLIVEIRA, 2005 *apud* SAMPAIO, 2008, p.40).

Sampaio (2008) destaca também que os bairros construídos pela Usiminas chamados de Vilas Operárias, além de todo aparato dado pela empresa na infraestrutura urbana, ainda passaram a contar com agências bancárias da Caixa Econômica Federal e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, no bairro Horto.

No que se refere à relação entre poder público e a Usiminas, cabe aqui ressaltar a condição da empresa como um dos agentes produtores do espaço urbano de Ipatinga, e como tal se fez presente no que era determinante para garantir as condições necessárias para o desenvolvimento de sua atividade econômica. Em 1975 a Usiminas participou da elaboração do Plano Diretor Viário de Ipatinga, juntamente com a prefeitura. Também foi uma das instituições que firmou convênio com o governo de Minas Gerais para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Aglomerado Urbano do Vale Aço, em 1978. (SAMPAIO, 2008).

Por conseguinte, corroborando o que já foi afirmado pelos autores em que se fundamenta este estudo, nas cidades empresas existe uma supremacia dos interesses privados em relação aos interesses públicos.

No mapa a seguir é possível observar a implantação da Vila Operária no período compreendido de 1955 a 1962, sobretudo a criação do Bairro Cariru, destinado aos especialistas e engenheiro

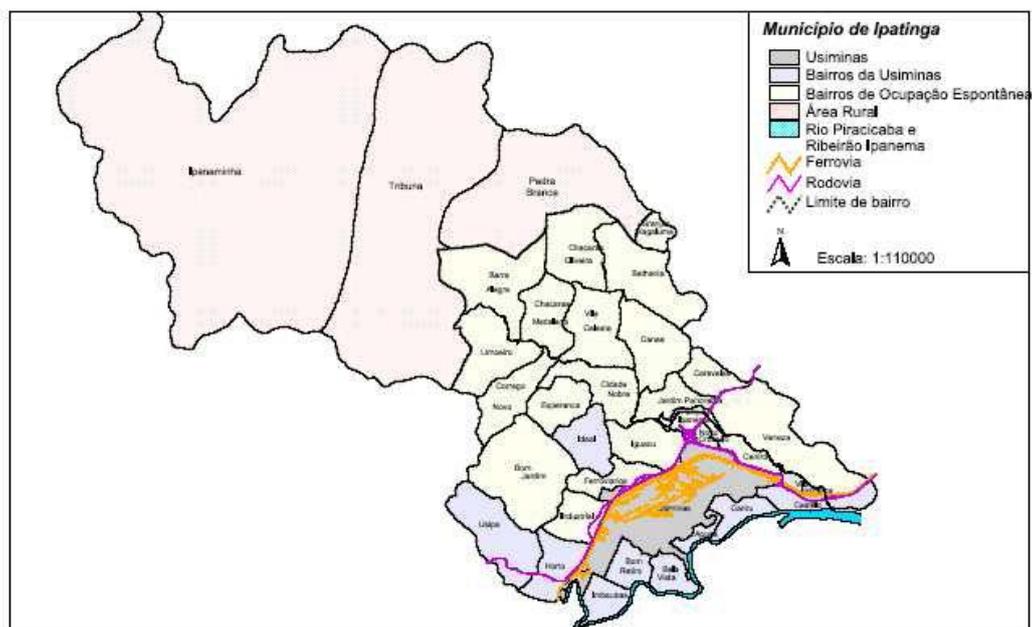


Figura 06 – Configuração dos Bairros de Ipatinga (1955-1962)

Fonte: SAMPAIO, 2008, p.55.

Nesse viés de implantação dos bairros da cidade de Ipatinga por intermédio da Siderúrgica Usiminas, menciona-se ainda o Bairro Castelo, nos anos de 1960-1970, o qual foi destinado aos gerentes e diretores da Usiminas.



Figura 07– Bairro Castelo (1960-1970)

Fonte: FREITAS, 2011, p. 153.

Vale destacar que as ilustrações e mapas da cidade de Ipatinga permitem perceber que na sua implantação deu-se especial atenção à geomorfologia. Observa-se que as unidades de habitação foram implantadas nas áreas de planície, bem como a própria usina. Entre essas ocupações, os morros e suas coberturas vegetais foram preservados e alguns topos foram ocupados. A figura a seguir permite essa conclusão.

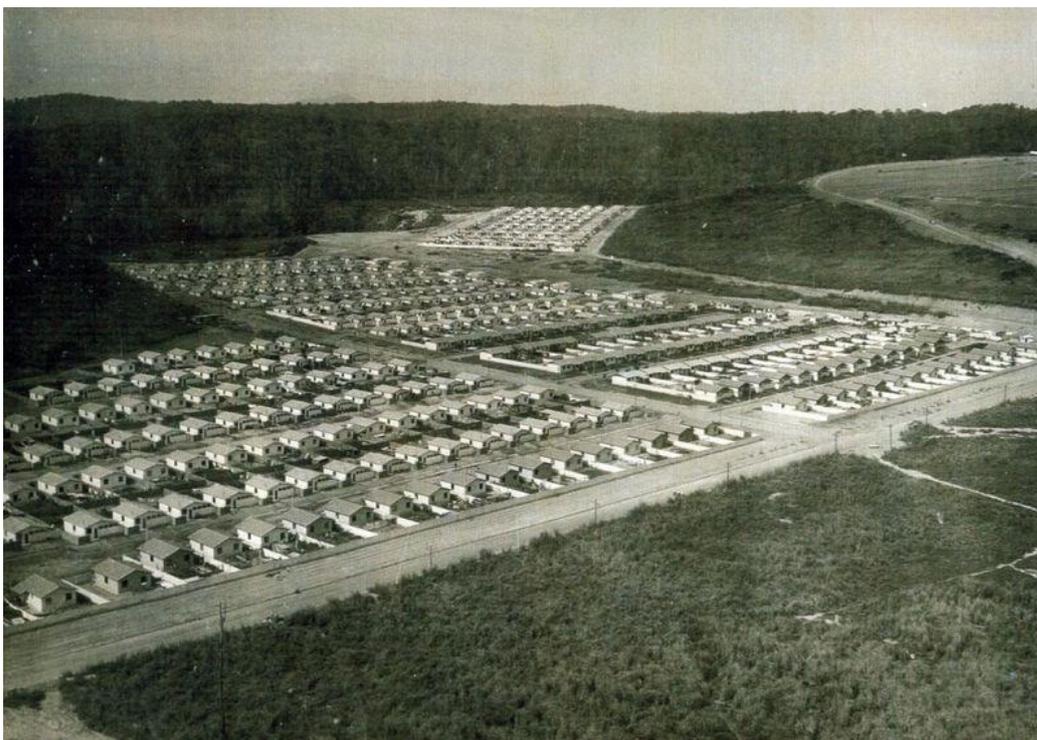


Figura 08 – Bom Retiro (bairro dos técnicos e operadores).

Fonte: FREITAS, 2011, p.154.

Percebe-se pelas fotos acima, que os bairros construídos pela empresa foram formatados com características próprias, existindo bairros setorizados por função na empresa: diretores, engenheiros, operadores e técnicos. Sendo esta uma política da parte de estratégia da empresa para controle da força de trabalho.

Entretanto, nesse período de grande expansão urbana da cidade de Ipatinga, observa-se a ocorrência de moradias construídas sem o planejamento da empresa, ocupadas por funcionários das empreiteiras e o restante da

população. Isto, às margens do Ribeirão Ipanema, sendo no início dos anos 60, conforme representado na foto a seguir.



Figura 09 – Ocupação Urbana sem planejamento (Década de 60)

Fonte: FREITAS, 2011, p.150.

A configuração da cidade projetada pela Usiminas favoreceu a gerência da vida privada dos empregados, e foi "mais um preço a pagar pela vida na cidade que tinha sido "planejada". Esse controle não era meramente informal, já que a siderúrgica instituiu um sistema interno de informação a semelhança de um SNI – Sistema Nacional de Informação. Essa estratégia de "disciplinar, em uma concepção totalmente foucaultiana" procurava ter o controle para "coibir qualquer iniciativa de luta por melhores condições de trabalho e vida, fosse em nível sindical ou político". (FURTADO, 2011, p.189).

Para a empresa o sistema de vigilância sobre os operários era necessário e funcionou ativamente desde o massacre de 1963. Essa estratégia foi vencedora, sendo que para as famílias operárias, podia ser um sistema dominador, mas também reconfortante (pois na concepção dos trabalhadores, eram-lhes garantido bem-estar: saúde, educação e moradia). Assim, os operários sempre souberam desse sistema e deram anuência para esse acordo psicológico que tinha ônus e bônus.

A Usiminas para controlar a vida dos trabalhadores e evitar que eles enveredassem pelo “caminho do mal”, os motivava a participar em entidades filantrópicas e assistenciais que tinham como objetivo o “aprimoramento do ser humano”. Além disso, o Serviço Social da empresa passou a atuar diretamente com as famílias, promovendo encontros de casais, palestras para jovens, horas dançantes, cursos de culinária, dentre outras atividades. (SOUZA, 2007).

Para esse autor, o ato de receber casa e vestir o uniforme da Usiminas, representavam o rito de passagem que expressava o acatamento às normas da empresa, sendo o meio usado para separar os trabalhadores da indústria e os demais membros da comunidade, fazendo prevalecer a “cultura Usiminas”. Essa estratégia discursiva funcionava bem, particularmente porque os empregados da Usiminas podiam comparar seus locais de residências e moradias com a realidade daqueles que se encontravam fora dos espaços planejados pela empresa, morando em locais sem infraestrutura e equipamentos urbanos, frequentemente em moradias improvisadas e precárias.

Segundo Farias (2010) “dar” casa para os trabalhadores foi um grande trunfo que permitiu à empresa moldar comportamentos e impor sua “cultura”, embora as casas fossem pagas pelos operários e funcionários por meio de desconto em folha, em seus discursos, a Usiminas sempre procurava fomentar o sentimento de gratidão dos trabalhadores para com a empresa.

Nessa perspectiva, ser parte integrante da Usiminas significava ter acesso a infraestruturas e equipamentos urbanos, tais como saúde, educação, lazer e cooperativa de consumo, no discurso da empresa esses benefícios deveriam ser vistos como salário indireto, já que eram agregavam proveito aos seus operários se confrontados aos de outras empresas.

Através da "Cultura Usiminas", de acordo com o posicionamento de Suarez (2016) a empresa mascarava o poder imposto sobre os operários e fazia com que estes os aceitassem sem resistência e acrescenta:

[...] o peso da siderurgia se confunde com a leveza do símbolo significante construído pela empresa e representado pelo uniforme a fim de implantar na mente de seus funcionários a alegria e o prazer de trabalhar em uma companhia que tantas “benesses” trouxeram aos seus funcionários e a cidade onde está instalada. (SUAREZ, 2016, p.145).

Ainda segundo esse autor, a siderúrgica em tela ao colocar “a influência da Usiminas” para além da produção e apropriação do espaço urbano, influenciava comportamentos e as relações sociais, pois, para muitos Ipatinguenses a Usiminas era (ou é) uma “segunda pele”.

Portanto, percebe-se que a cultura Usiminas está entranhada no psicológico (emocional) de seus funcionários, e a influência (ou será pressão/controlar?) exercida pela empresa (e porque não dizer sobre a cidade) está na origem de relatos como o que se segue: “eu ganhei uma viagem para os Estados Unidos como presente de casamento. Não sou doido de aceitar. Imagine se o pessoal da usina fica sabendo que fui para os Estados Unidos. Eles me mandam embora”. (OLIVEIRA; BELTRAME, 2005, p. 10744).

Portanto, a influência da USIMINAS em Ipatinga está no ar e no espaço geográfico: historicamente a empresa exerceu influência e controle sobre a vida dos funcionários em suas várias dimensões.

A maioria da população de Ipatinga sonhava em trabalhar na Usiminas, morar nos bairros construídos por ela, ser sócios dos clubes da empresa, ver seus filhos estudando em seu colégio e poder desfrutar do plano de saúde e hospital implantado pela mesma na região, além de poder comprar, facilitadamente, no supermercado e na farmácia também da empresa. (OLIVEIRA; BELTRAME, 2005).

Salienta-se ainda que a empresa facilitou aos seus empregados o acesso a uma cidade urbanizada, com equipamentos urbanos, serviços e infraestrutura a que os demais moradores não tinham acesso, pelo menos até o final da década de 1980. Em contrapartida a Usiminas cobrou por este acesso por meio de um processo normativo que enquadrou os comportamentos dos seus empregados e exerceu uma patrulha efetiva sobre a vida desses.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (SINDIPA) apesar de afirmar que a Usiminas não apoiava financeiramente suas ações, considerava que as melhorias conquistadas pelo sindicato era um projeto da empresa relacionado à “Cultura Usiminas” e que tinha o apoio da siderúrgica para realização destas.

(Depoimento de José Onofre “Zequita” Ribeiro ex presidente do Sindipa *apud* MORAES, 2009, p.906.)

Segundo Moraes (2009), um dos primeiros diretores do SINDIPA (José Onofre Ribeiro), reconheceu em entrevista que mesmo sendo o sindicato responsável por negociar melhorias com a empresa, como transporte, lazer e condições de trabalho; foram os diretores da Usiminas que lograram o reconhecimento pela maior parte dos operários, como se essas conquistas tivessem vindo por parte da empresa.

O que se pode perceber pela entrevista acima referenciada, é que nem mesmo o sindicato dos trabalhadores da Usiminas ficou livre de ser influenciado por essa cultura implementada pela Usiminas, conhecida como "Cultura Usiminas", que ditava as regras dentro da empresa e até fora dela.

Com o fim do Regime Militar, em 1985, e a privatização da Usiminas em 1991, não se observaram alterações nessas práticas discursivas. Ao contrário, elas foram recorrentes até a grande virada ocorrida em 2008, com a mudança de governanças que destituiu Rinaldo Campos Soares da presidência da empresa, cargo que mantinha de forma ininterrupta desde a privatização, tal fato será tratado no capítulo seguinte.

## 2.2 AS DISPUTAS POR DIREITOS SOCIAIS E AS ELEIÇÕES SINDICAIS

Antes de debater a organização e atuação dos movimentos sociais em Ipatinga, faz-se necessário descrever o contexto histórico em que foram concebidas essas lutas sociais no final da década de 1970 e na década de 1980.

Em tempo, esclarece-se que a noção de movimentos sociais nessa pesquisa é tratada de maneira ampla, considerando que não será averiguado suas características nem aprofundadas, tendo em vista não ser o objetivo deste estudo.

O contexto brasileiro dessa época era de um governo autoritário, que já exibia em resposta a crise econômica mundial, uma grande recessão, desemprego e arrocho salarial, além de um elevado endividamento externo. Os movimentos sociais que nasceram nesse contexto buscavam a reordenação da

sociedade brasileira, atuando para conquistar espaços políticos, sociais e culturais. Dessa maneira, os sindicatos, as associações de bairros, as Comunidades Eclesiais de Base – CEBS e os movimentos sociais de natureza diversa se uniram nas lutas e embates contra a máquina estatal. (SAMPAIO, 2008).

Nesse contexto, esses movimentos encontraram espaço para se fortalecerem na cidade de Ipatinga, diante do forte controle do capital sobre o trabalho, a discriminação social e espacial produzida na cidade pela Usiminas, aliado ao poder público omissivo e a insatisfação da sociedade.

A Igreja Católica foi um relevante agente externo responsável pela conexão dos movimentos sociais em Ipatinga, como as associações de moradores, a pastoral operária, carcerária, de favela, da juventude, da Mulher Marginalizada, as CEB's, já que a Igreja Católica tinha como diretriz que as associações o bairro na Prefeitura. (RUEDA,1992).

Com esses apoios, o movimento popular se fortaleceu e as associações passaram a trabalhar tendo como principal bandeira a defesa de direitos de moradia, saneamento básico, melhorias no sistema de transporte urbano, garantia ao acesso à educação e aos serviços de saúde (RUEDA, 1992, p.80).

Segundo Abreu (1992) é nessa conjuntura de controle e exploração da vida cotidiana que esses movimentos produziram suas forças para lutar por novas conquistas e resgatar direitos oprimidos, sobressaindo-se na sociedade.

Portanto, esses movimentos sociais nasceram das diferenças sociais discrepantes que alcançavam principalmente as classes populares, podendo ser percebidas por meio da especulação imobiliária, encarecimento do solo urbano e das moradias, e que beneficiam ainda mais o capital e prejudica a coletividade.

Importante ressaltar a força que esses movimentos tiveram na concepção e elaboração da Constituição Federal de 1988, principalmente referente aos direitos sociais, figurando uma constituição mais cidadã que priorizou os direitos fundamentais dos indivíduos em relação às anteriores.

Foi perante essas condições sociais na década de 1980 que o sindicato e outros movimentos sociais se levantaram em Ipatinga para pressionar o poder público municipal e a Usiminas, na pretensão de conseguir acesso a um

espaço urbano que correspondesse às suas necessidades concretas de sobrevivência e melhorias nas condições salariais para os trabalhadores.

Segundo Mangabeira (1993, p.14) é nesse contexto que surge um sindicalismo “mais combativo e representativo que o sindicalismo burocrático”, ampliando suas exigências para questões de direitos políticos e sociais e questionando os próprios limites do Estado.

E é nesse contexto sócio-político que em 1985, pressionados por movimentos regionais e nacionais, a diretoria da Usiminas e o SINDIPA decidiram realizar eleições diretas para escolher o sucessor de Paulino Floriano Ribeiro na liderança do Sindicato dos metalúrgicos de Ipatinga.

Para Freitas (2011) um dos indícios de que o clima político da região passava por um período de especial efervescência naquele momento é que, em poucos dias, os integrantes da comissão eleitoral do SINDIPA receberam as inscrições de seis diferentes chapas.

A chapa 1 era composta por operários basicamente do Centro de Pesquisa da Usiminas e que pretendiam construir um sindicato representativo, autônomo e combativo, aberto aos trabalhadores e à comunidade, liderado por Francisco Carlos Delfino, conhecido como "Chico da pesquisa" ou "Chico Ferramenta". (DUARTE,2007).

Posteriormente e com menos representatividade junto aos trabalhadores as demais chapas: a chapa 2 era encabeçada pelo supervisor Luís Carlos de Miranda Faria; a chapa 3 tinha como candidato a presidente Cid Ferreira que compunha um dos quadros da chefia da Usiminas, assim como o candidato da chapa 4, Jairo Abreu que também fazia parte da chefia da empresa, a chapa 5 trazia Maurício Araújo, conhecido como “dedo-duro” da diretoria de Paulino, e por último a Chapa 6, que se dizia “grupo liberal”, tendo à frente Luís Eduardo, e que era apoiado por Zequita, figura odiada pelos operários da usina. (PEREIRA, 1984).

Pelas chapas que se candidataram para concorrer às eleições sindicais no ano de 1985, pode-se perceber que surgiram candidatos apoiados por grupos de operários opostos a concepção sindical idealizada historicamente pela Usiminas e sua cultura.

Nessa compreensão, levantou-se dentro da própria empresa a luta de operários insatisfeitos, o que provavelmente amedrontou diretores da empresa que estavam adaptados com outro modelo de atuação sindical, e que colocaria em risco a hegemonia da Usiminas.

### 2.3 A DERROTA SINDICAL E AS NOVAS LIDERANÇAS POLÍTICAS

Nesse contexto histórico, social e político, o ano de 1985 foi considerado um “divisor de águas”. A Usiminas ao perceber que corria risco de perder o controle do sindicato, evocou o apoio da prefeitura que também tinha uma postura submissa às diretrizes impostas pela empresa, sob o argumento de organização e ordem, pilares da Cultura Usiminas.

Para tanto, conforme enfatizado por Pereira (1994), diante desse novo cenário para eleições sindicais, autoridades da Usiminas e da Prefeitura de Ipatinga se juntaram para prejudicar a campanha da Chapa 1 e ajudar as outras chapas principalmente com financiamento da campanha e reportagens jornalísticas. Como exemplo dessas reportagens com objetivo de atrapalhar a chapa 1, segue a reportagem trazida pelo jornal Diário do Aço do dia 21 de julho de 1985, que em sua primeira página destacava:

Paulistas e Cariocas vêm ensinar mineiro a votar, empunhando bandeiras vermelhas, usando os mesmos jargões fracassados dos movimentos sindicais do ABC Paulista, desceram de para quedas em Ipatinga, sindicalistas de São Paulo e Rio de Janeiro, militantes do PT que objetivavam levar adiante a campanha da Chapa 1, visando as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga” (...) Desconhecendo a história de Minas, seu passado, Tiradentes, Tancredo Neves e todo o potencial político do povo mineiro, um grupo de São Paulo e Volta Redonda encontra-se em Ipatinga para ‘ensinar essa cambada a votar no PT’ (...) o primeiro passo é ganhar o sindicato, depois a Câmara Municipal e a Prefeitura. (Diário do Aço, 21 jul.1985 *apud* PEREIRA, 1984, p.133).

Percebe-se pela matéria apresentada pelo jornal acima, *que* o método de atuação sindical apoiado pelo Partido dos Trabalhadores - PT era tudo aquilo que a Usiminas temia e que o SINDIPA não praticou nos anos anteriores.

Outra estratégia usada pela Usiminas foram os discursos sobre uma eventual demissão em massa caso a "Chapa 1" fosse vitoriosa, o que sem

dúvida foi o grande trunfo da empresa para amedrontar os operários e conseguir votos para as outras chapas. Assim, com 34,6% dos votos, a Chapa 1 não atingiu os 50% mais um voto, estipulado no regulamento do sindicato, tendo que ser realizadas novas eleições. (PEREIRA, 1994).

O resultado da segunda eleição do SINDIPA em 1985, manteve a "Chapa 1" com aproximadamente seus 34% dos votos da primeira etapa, logrando a "Chapa 2" (que se formou com a união das outras 4 chapas) 66% dos votos dos operários.

Dessa forma, Usiminas e Prefeitura em novas eleições conseguiram eleger a Chapa menos aguerrida, por meio de subsídios que repassaram as demais chapas para desistirem da candidatura, fazendo assim com que os votos migrassem para validar a vitória da chapa apoiadas pela usina, perpetuando a conciliação entre operários e empresa. (PAGNOSSA, 2013).

Durante as eleições e findando o período de imunidade eleitoral (um mês), os candidatos da chapa 1, foram todos demitidos pela Usiminas. (Duarte, 2007).

O então presidente eleito em 1985 para o SINDIPA, Luiz Carlos Miranda manteve o apoio da Usiminas e permaneceu à frente do SINDIPA pelos próximos 10 anos, passando a presidência para Altair Vilar Guimarães, que deu continuidade a mesma política de atuação do sindicato até 2001, devolvendo o governo do SINDIPA para Luiz Carlos Miranda, que perdurou até 2012, e somente em 2013 foi conquistado pela oposição sindical e da empresa. (SOUZA, 2014).

Porém, o fracasso da chapa 1 e dos operários que o apoiavam nas eleições sindicais de 1985, não matou as pretensões e a vontade de lutar por mudanças nos espaços de representatividade em Ipatinga. Pelo contrário, deslocou para a região novas lideranças políticas que estavam cansados de assistir as arbitrariedades e intimidações praticadas pela empresa, encobertos e silenciado pelo regime militar e pela introdução da cultura Usiminas, desde o evento de 1963.

Essa postura autoritária da empresa ficou evidenciada desde o denominado "Massacre de Ipatinga", quando dezenas de trabalhadores foram assassinados pela polícia nos portões da empresa, com aval da chefia da

usina, e posteriormente mais uma vez na demissão imediata de todos os componentes e apoiadores da Chapa Ferramenta, no ano de 1985, por disputarem às eleições sindicais, fazendo oposição a Usiminas. (DUARTE, 2007).

Em decorrência da derrota nas eleições sindicais e a postura tomada pela usina em retaliação aos operários que apoiaram a chapa 1, movimentos sociais em Ipatinga se uniram ao movimento sindical de oposição a empresa e passaram a contestar francamente a forma de atuação do poder público, e buscaram na política uma forma de frear o poder exercido pela Usiminas sobre o território e lutar por melhorias urbanas e sociais para toda comunidade.

A mono-indústria foi quem impulsionou essa transformação, ao deixar claro o controle que exercia sobre a vida pública e privada em Ipatinga e por visar o capital em primeiro lugar, gerou desigualdades sociais decorrentes da intervenção sócio econômica na cidade. (BRAGA, 1995).

Desta maneira, mesmo tendo o poder público como adversário naquele momento, aquela parcela da população que reivindicava por mudança e melhorias, viu através da política, a única forma de conseguir ser atendidas suas reivindicações, e é nesse contexto, que se destaca um novo ator político na região, que esteve a frente das eleições sindicais pela chapa 1, conhecido como "Chico Ferramenta".

Chico Ferramenta, em entrevista, contou que o crescimento de sua carreira política iniciada ainda no ano de 1985 foi acontecendo naturalmente, e acredita que, devido a junção de diversos segmentos envolvidos e motivados por uma renovação política e trabalhista aliada à vontade de mudança da população e dos apoiadores da chapa 1, impulsionaram sua ascensão na política. (DINIZ, 1998).

Em fevereiro de 1986, acontecia em Ipatinga um movimento das Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral Operária, toda cidade se mobilizou nesse evento e simultaneamente Chico Ferramenta foi eleito presidente da CUT Regional Vale do Aço, ganhando mais visibilidade na região. (PAGNOSSA, 2013).

Foi então que o Partido dos Trabalhadores procurou Chico Ferramenta para o mesmo ser candidato nas próximas eleições, o que foi aceito pelo ex-

operário com apoio da oposição sindical, na esperança de ser um caminho para mudanças e melhorias na cidade de Ipatinga (DINIZ, 1998).

Portanto, a eleição sindical de 1985, foi uma divisa na história política de Ipatinga, porque mesmo com a derrota da Chapa1 liderada por Chico Ferramenta, o mesmo ganhou visibilidade não só no Vale do Aço, mas em outros Estados, e acabou virando a principal liderança política de oposição da região, se tornando o candidato a deputado estadual mais votado do Estado de Minas Gerais, nas eleições de 1986 e posteriormente prefeito de Ipatinga como veremos no item seguinte.

#### 2.4 O REFLEXO DO SINDICALISMO NAS ELEIÇÕES ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE IPATINGA, A BUSCA POR DIREITOS SOCIAIS E O SURGIMENTO DA CIDADE PÚBLICA

Através do apoio dos movimentos sociais, essa nova liderança política na região, trazia a esperança, para muitos, do fim da hegemonia da Usiminas, e o meio pra que isso ocorresse era através do confronto político, pois no campo empresa e operário prevalecia a imposição da empresa.

“Então, no ano de 1986, Chico Ferramenta, foi um dos candidatos mais votados e eleito deputado estadual pelo PT, apoiado pelos movimentos sociais da cidade de Ipatinga e da região do Vale do Aço”. (SAMPAIO, 2008, p.61).

De acordo com as considerações de Pinto (2005), a vitória alcançada para deputado federal com quantidade de votos expressiva, foi a forma que os operários da Usiminas tiveram para demonstrar e ratificar o descontentamento com a empresa.

Nas eleições municipais de 1989, Chico Ferramenta mais uma vez com apoio dos movimentos sociais, alcança a maioria dos votos e é eleito prefeito de Ipatinga pelo Partido dos Trabalhadores, contra os candidatos tradicionais da política regional. (SOUZA, 2014).

Contando com apoio do Partido dos Trabalhadores, estes permaneceram a frente da administração municipal por 16 anos seguidos: “Chico Ferramenta” (1988-1992), João Magno de Sousa (1993-1996) e novamente “Chico Ferramenta” (1997-2000, 2000-2004). (PAGNOSSA, 2013).

Segundo Pagnossa (2013) apesar dos os operários não terem conquistado a vitória nas eleições do sindicato com a chapa que os representava, o sucesso veio por outro meio: o poder político no território de Ipatinga, e com ele a esperança de direitos sociais. Mudanças significativas ocorreram na administração pública municipal e na gestão urbana da cidade de Ipatinga com o novo governo, como por exemplo, o “rompimento” ideológico entre o executivo da cidade e a direção da Usiminas, afirma o autor.

Como visto, o poder público até a década de 1980, manteve uma postura de subordinação à Usiminas e ao mercado imobiliário, os proprietários das terras que formaram o tecido urbano de Ipatinga eram familiares de políticos que atuavam na região até 1980, já que eram estes que organizavam a cidade por deter o poder econômico nas mãos.

“Com a posse do novo prefeito iniciou-se um debate dentro do partido para definir os passos da administração municipal, e a concepção de um projeto para implementação de objetivos políticos e promessas de campanha eleitoral”. (CONTI, 1999, p.84).

De acordo com Sampaio (2008, p.66) a administração municipal instalada no ano de 1989, “se deparou com uma cidade abandonada tanto em termos de políticas públicas, como também da máquina administrativa, e então engendrou um programa de emergência para os primeiros 120 dias de governo”, para ajustar as condições mais precárias e básicas da cidade.

Nesse período executaram ajustes em máquinas e equipamentos que estavam estragados e parados, revitalizaram prédios públicos, realizaram a limpeza na cidade, além de pagamento dos funcionários públicos, negociação da dívida, eleição direta para diretores de escola, entre outras.

Após os primeiros ajustes e organização da cidade contando com um pouco mais de infraestrutura, foi então elaborado o Plano Diretor de Ipatinga em 1990/1991, para “evidenciar a história da cidade e dos espaços, propor formas de integrá-la no seu cotidiano, permitir a criação de referências coletivas e o reconhecimento e apropriação da cidade pela população”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA, 1991, p.61).

O Plano Diretor de Ipatinga tinha as seguintes metas:

Eliminar as distorções da qualidade da habitação e infraestrutura e serviços nas diferentes áreas da cidade; valorizar os espaços públicos para o exercício da cidadania; diminuir o preço da terra urbana a partir de intervenções no mercado imobiliário; garantir a não privatização dos investimentos públicos a partir de critérios que regulem a relação entre direito de propriedade e direito de construir; e promover a participação da população no estudo e solução dos problemas da cidade e nos planos, programas e projetos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA, 1991, p 64).

Esse projeto conhecido como Plano Diretor, pretendia assegurar e certificar a história dos diferentes pontos de Ipatinga além daqueles já reconhecidos por pertencer a Usiminas, e dar evidencia da cidade como um todo: espaço físico e espaço social pertencente a todos cidadãos.

Como já explanado, o dualismo que existia em Ipatinga entre a cidade planejada e a cidade espontânea até os anos 1980, era conflitante e incoerente, e ia muito além da questão da infraestrutura, já que os moradores da cidade não tinham o sentimento de pertencimento do espaço.

Pode-se perceber que foi a partir desse governo que surgiu a cidade pública em Ipatinga, com fornecimento dos serviços básicos e prioritários para toda sociedade, investimento na construção e fornecimento de novas moradias, urbanização da cidade, e implantação de políticas públicas na saúde, educação, desenvolvimento econômico e ainda no transporte e lazer para toda comunidade, o que antes só quem era funcionário da Usiminas tinham acesso.

O espaço que foi surgindo não possuía nenhum liame com a Usiminas, e trouxe desenvolvimento para a cidade como um todo o que foi primordial para o processo de construção da dimensão simbólica de Ipatinga, pois a Usiminas deixou de ser a única referência para moradores da cidade.

Por conseguinte, Ipatinga se estabeleceu tanto como espaço público quanto político, além da tomada de consciência pela população da dimensão de sujeito coletivo, e a superação da dualidade que existia da cidade privada e cidade, concebendo pela cidade um sentimento de afetividade e de pertencimento que não existia antes.

## 2.5 A PRIVATIZAÇÃO DA USIMINAS E O SINDICATO

Primeiramente, se faz necessário um breve relato sobre o contexto que deu causa a privatização no Brasil no início dos anos 1990, considerando que não será feito um aprofundamento no tema, haja vista não ser o propósito desta pesquisa.

Com a internacionalização financeira em ascensão, as empresas multinacionais visando a concentração de capital, passaram a especular a possibilidade de adquirir empresas estatais em áreas estratégicas vendidas pelo Estado em países subdesenvolvidos como o Brasil, em razão da dívida pública destes e com elevadas possibilidades de lucratividade. (RODRIGUES; JURGENFELD, 2017).

A internacionalização financeira<sup>12</sup> tem como particularidade o capital estabelecer uma prática progressiva sob a produção, assim as aplicações financeiras confiscavam os bens nas áreas produtivas, sustentando-se dos fundos gerados pela força de trabalho de várias qualificações.

Nesse contexto o capitalismo usou de novas táticas de acumulação para que empresas multinacionais movessem para aplicar ativos financeiros à compra de empresas estatais de setores-chaves da economia, a preços baixos e nos anos 1990, essa financeirização na periferia se expande.

Os Estados Unidos nessa mesma época ainda reduziram suas taxas de juros de 20% para 4,5% no mercado monetário de Nova Iorque, convalidando a aceleração do desenvolvimento e da globalização dos mercados futuros de juros e câmbio, com egresso de fundos de pensão norte-americanos em busca dos chamados mercados emergentes. (TAVARES; MELIN, 1997).

De acordo com a Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA (1990), a dívida do Brasil em 1989, era de US\$115 bilhões, encontrando-se 75% de passivo do setor público, figurando 22% do PIB, e a dívida mobiliária interna representava 52% do PIB. (OLIVA, 2002).

É nessa conjuntura acima relatada que o Brasil, buscou esses fundos rumo às privatizações e à aquisição de títulos da dívida pública, posteriormente

---

<sup>13</sup> Para o entendimento do período da internacionalização financeira recomenda-se CAMPOS (2009).

a ajustes no setor econômico impostas em benefícios da acumulação privada, aderindo às regras estabelecidas pelo Consenso de Washington<sup>13</sup>.

Assim, para ter acesso a esses investimentos, o governo brasileiro realizou a abertura comercial, produtiva e financeira e instaurou um regime econômico com a estabilidade de preços. E desta maneira, o país alcançou o balanço de pagamentos "coberto" pelos "investimentos financeiros" objetivados pelo governo, com argumento de desenvolvimento econômico, sendo as empresas estatais do setor de infraestrutura o ponto central das privatizações do Governo Collor, cujo marco para legalização desse processo, foi a criação da Lei no 8.031, de 12 de abril de 1990<sup>15</sup> que instituiu o I Plano Nacional de Desenvolvimento<sup>14</sup>. (RODRIGUES; JURGENFELD, 2017).

Significativo considerar que os critérios estabelecidos na Lei n 8.031 conduziam-se ao encontro das sugestões do Consenso de Washington, visto que o I PND esclarecia a intenção de transferir para a iniciativa privada as empresas estatais para diminuir a presença do Estado na economia.

E foi diante desse cenário que a Usiminas, foi vendida por US\$ 1,1 bilhão, significando a maior privatizada em valor feita entre 1991 e 1992. A usina foi classificada pelo governo Collor como uma das empresas mais eficientes em termos mundiais. (RODRIGUES; JURGENFELD, 2017).

A privatização da Usiminas em 1991 tornou-se uma das mais expressivas da história recente do Brasil, pois refletiu a abertura do capital privado, e simbolizando a redução da autoridade do Estado em participar de alguns setores da economia.

Quem assumiu a presidência da Usiminas com a privatização, foi Rinaldo Campos Soares, que ocupava o cargo de chefe geral da Usiminas (cargo abaixo da presidência), e "usou diversas estratégias para se aproximar dos trabalhadores e mudar sua imagem de autoritário, como era visto antes, e

---

<sup>14</sup> Sobre Consenso de Washington, ver: BATISTA (1994).

<sup>15</sup> A Lei 8.031 declarava que por meio da privatização, seria permitido a alienação, pela União, de direitos que lhe assegurem, diretamente ou através de outras controladas, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8031-12-abril-1990-375980-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16 Jun. 2018.

passou a ser um presidente acessível e amigo”, visto em condição de igualdade perante os trabalhadores. (FARIAS, 2010, p.99).

Outro ponto que é relevante apresentar nessa pesquisa é o apoio dado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga à privatização, que apesar de no início ter exercido uma pequena oposição à venda da Usiminas, posteriormente ajudou a aliciar uma parte considerável de seus representados para apoiar o processo. (CORRÊA; GRACIOLLI, 2008).

Ademais, como já visto o Sindipa desde o início teve uma postura conciliadora entre a entidade classista e a empresa, inclusive ajudando a empresa a impossibilitar a organização política autônoma dos trabalhadores, sendo uma preocupação central da Usiminas desde o início de sua construção.”

O Sindipa usou como argumento, para conseguir o apoio da classe operária, a alegação de que um montante das ações privatizadas seria reservado aos trabalhadores. Assim, parte das ações foi doada aos funcionários em forma de aumento salarial de até 5% aos funcionários que quisessem adquirir ações ordinárias. (TRÓPIA, 2004).

Segundo Farias (2010) a privatização no Brasil que promoveu desempregos e crise em algumas regiões do país, também gerando crise nas empresas, não impactou a Usiminas. Pois mesmo com a redução no número de trabalhadores e a queda no salário, conseguiu manter seu poder de influência.

O processo de privatização não tentou destruir a velha cultura, conhecida como "cultura Usiminas", já que segundo muitos autores na Usiminas "Trabalhamos com a cultura, não contra ela...". (SALAMA, 1993).

Assim a Usiminas com a privatização e em um momento ímpar na história da empresa, sob o comando de Rinaldo conseguiu superar as dificuldades e conduzir a empresa, alcançando um patamar de excelência e acúmulo de credibilidade e poder diante dos operários.

### **3 TEMPOS DE CRISE: RUPTURAS POLÍTICAS NO CONTEXTO DA CIDADE MONOINDUSTRIAL**

Como foi tratado no capítulo anterior, a conformação da cidade e da vida urbana de Ipatinga/MG foram estabelecidas conforme as diretrizes da siderúrgica e convergiram para que o que se denomina de cultura Usiminas. Esses agenciamentos da empresa e os seus resultados não somente foram aceitos pelos trabalhadores e pela população em geral, mas receberam adesão e apoio. “A territorialidade, então, se torna um molde para o preenchimento do espaço”, pois o território pode ser tratado “como um molde esvaziável e preenchível” e, conseqüentemente, é “um lugar na terra inextricavelmente ligado a eventos”. (SACK, 1986, p. 48 e 68). Entretanto, não impediu o surgimento de um movimento operário contestador, não somente dentro da usina, mas que se espalhou pelo espaço urbano, no sentido de afirmar uma outra territorialidade.

Em Ipatinga o poder monoindustrial introduziu uma cultura de gestão do espaço e da vida das pessoas, no interior da usina e na cidade, construindo uma territorialidade cujo pilar era a cultura Usiminas. Esse processo foi facilitado pelo fato de ter se implantado em uma região cuja ocupação era recente com maior parte da população era proveniente do campo e, no caso dos moradores que já se encontravam no local de implantação da usina, predominava as práticas agrárias e uma vida rural. A construção da grande planta industrial colocou em movimento relações de natureza assimétrica, no qual predominava uma capacidade e recursos desiguais, pois de um lado está o poder monoindustrial, frente ao qual a resistência daqueles que são atingidos por essa dominação, pouco podem fazer. Entretanto, isso não significa que a resistência não se introduza, resultando um processo contraditório e permanente de negociação de identidades e territorialidades, produzindo um embate contínuo entre a dupla vontade: aceitar/enquadrar ou resistir/lutar.

Percebe-se que a dualidade existente em Ipatinga, entre a cidade planejada e a cidade espontânea, ia muito além da questão da infraestrutura urbana. Foi nesse contexto que entidades sociais e movimentos sindicais se juntaram e estabeleceram um processo de construção de outras identidades para a cidade. Portanto, indo além do espaço restrito da produção, em 1988 o movimento operário consegue uma vitória eleitoral expressiva: elege sua

principal liderança (Chico Ferramenta) para prefeito do município de Ipatinga. Essa vitória leva a Chapa Ferramenta, que havia perdido a eleição sindical de 1985, ao exercício do poder público. Surgem novos atores políticos e um partido (PT) fora do controle da Usiminas e de enfrentamento da sua cultura. Isso criou condições para as mudanças socioespaciais que apontavam para o fortalecimento da cidade pública, fragilizando gradativamente a cidade privada, até que essa fosse diluída na primeira, ou seja, na igualdade e isonomia para todos moradores – construiu-se o sentimento de ser ipatinguense. (SAMPAIO, 2008).

É preciso considerar que qualquer tipo de associação dos sujeitos com seus territórios é resultado de um processo contraditório de disputada e consensos, sendo a luta o meio de conquistar e estabelecer a territorialidade para além das representações soberanas ou hegemônicas. E essas disputas e o seus desdobramentos são o cerne da conformação espacial contraditória que marca a realidade política e cultural que permeiam a história da cidade de Ipatinga/MG.

### 3.1 A CRISE MUNDIAL (2007-2008)

A crise financeira internacional que eclodiu no final do ano de 2007 nos Estados Unidos, foi sistêmica e endêmica e rapidamente tomou proporções globais. Isso devido a contenção de crédito nos complexos financeiros nacionais e a diminuição das exportações. Nesse contexto, o tumulto financeiro produziu efeitos negativos sobre o crescimento das várias economias do mundo, inclusive os países que não dependiam diretamente do mercado hipotecário dos Estados Unidos sentiram os efeitos da crise.

O que foi preponderante na condução da crise financeira para a economia global além da restrição de crédito para o exportador e o importador foi a interrupção nas linhas de produção globais e ajustes nos estoques. Isso amplificou os efeitos da instabilidade no mercado financeiro e gerou um forte recuo no produto interno bruto (PIB) e no comércio mundial. (FACHINELLO; MEURER, 2017).

No Brasil, a crise econômica internacional foi sentida especialmente no terceiro trimestre de 2008, ocasionadas pelas restrições no crédito e as limitações de financiamento exterior, já que se tornaram muito caras e inviáveis por serem em dólar, o que acabou enxugando as exportações bem como a procura interna, o que prejudicou muito o desempenho econômico do país (JARÁ; MORENO; TOVAR, 2010). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), a capacidade da produção na indústria em geral indicou uma baixa aproximadamente de 16%, no primeiro trimestre de 2009, em relação ao mesmo período do ano anterior, o que levou a queda nas exportações e do consumo nacional, ocasionando demissões em massa nos quadros de empregados.

Para diversos autores que estudaram a crise de 2008, o setor da indústria foi o mais prejudicado devido o recuo da produção. Isso em parte está intimamente relacionado ao aperto de crédito ao consumidor e ao aumento do desemprego no Brasil (NASCIMENTO, 2009; SILVA & FONSECA, 2014; MORETTO & PRONU, 2011). Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2012), revelam a diminuição de 475,4 mil postos de trabalho na indústria, entre os meses de outubro de 2008 e julho de 2009, resultando a perda de 196,4 mil empregos formais no mesmo período.

Em decorrência da crise, a Usiminas, que era uma das maiores unidades siderúrgicas do Brasil, foi forçada a desligar altos fornos e, conseqüentemente, isso ocasionou um desemprego sem precedentes na cidade de Ipatinga. A situação da Usiminas virou notícia em todo país, devido ao grande impacto nacional no mercado siderúrgico e o prejuízo amargado pelos acionistas e população (GUIMARÃES, 2008). A cidade de Ipatinga e seus moradores sentiram duramente os efeitos da crise mundial de 2008, já que dependia da mono-indústria. Não apenas os trabalhadores desempregados pela usina, mas a população da cidade passou a conviver com a rápida desaceleração da atividade econômica urbana, em função da crise siderúrgica. Isso porque o orçamento da Prefeitura Municipal de Ipatinga sofreu o impacto da redução do ICMS e porque grande parte da população dependia economicamente da atividade da usina. Portanto, a economia da cidade foi

afetada porque muitos empregados da usina foram demitidos e, ao mesmo tempo, porque a atividade pública municipal sofreu redução com a falta de recursos financeiros. Muitos investimentos feitos pela prefeitura só eram possíveis devido aos altos repasses dos impostos da siderúrgica.

### 3.2 RUPTURA POLÍTICA: O FIM DA GESTÃO PETISTA DEPOIS DE 16 ANOS

O primeiro capítulo tratou da origem, consolidação e mudança na esfera do poder público municipal de Ipatinga, desde a emancipação do município no contexto que se seguiu ao massacre de 1963, passando pela tutela da Usiminas na configuração e consolidação da cidade e pela resistência de movimentos populares a essa tutela, até a vitória eleitoral do PT, em 1988. Em Ipatinga na segunda metade da década de 1980, os movimentos populares se consolidam no processo da constituinte e, ao mesmo tempo, como reação à derrota da Chapa Ferramenta de oposição sindical, em 1985. Como já foi dito, o insucesso no campo da disputa trabalhista pelo controle do sindicato, levou a oposição sindical, com apoio de movimentos sociais e da Igreja, a canalizar sua energia para outro campo: disputar o espaço político e o poder municipal. A Chapa Ferramenta perdeu a direção do Sindipa, mas controlou por 16 anos o governo municipal de Ipatinga, entre 1989-2004.

O sucesso da Chapa Ferramenta no campo eleitoral foi um desdobramento do expressivo apoio e envolvimento na luta sindical de movimentos sociais, organizações não governamentais, padres progressistas da Igreja Católica, movimento estudantil, organizações sindicais, não apenas do município de Ipatinga ou dos municípios vizinhos do Vale do Aço (Timóteo e Coronel Fabriciano), mas de Minas Gerais e do Brasil. O Partido dos Trabalhadores – PT ganha projeção a partir da vitória eleitoral de Chico Ferramenta, como o segundo mais votado do estado de Minas Gerais, nas

eleições para deputado estadual de 1986. Essa projeção se consolida com a vitória para a Prefeitura Municipal de Ipatinga, em 1988. Chico Ferramenta se tornou um símbolo e o canalizador da energia acumulada durante as duas décadas de resistência a tutela e a cultura Usiminas. Ele representava o esforço da oposição operária, que sustentou a luta e o discurso contrário à Usiminas e ao Sindipa. Isso foi determinante na formação da imagem pública política de Chico Ferramenta, pois representava ideias expressivas e de grande aceitação para uma parcela significativa da população, ao falar uma linguagem e apresentar propostas que se aproximavam mais da realidade dos moradores da cidade e não apenas daqueles que eram funcionários da empresa. (MUNDIM, 2007).

Nas três gestões de Chico Ferramenta (1989-1992; 2004-2007) e na gestão de João Magno de Moura (1993-1996), ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Ipatinga, a cidade passou por profundas transformações. O poder público municipal era omissos em relação a cidade, pois a Usiminas “tomava conta de Ipatinga”. Em questões de políticas públicas e infraestrutura, ao se sair dos bairros da Usiminas, a situação era de abandono. Nos 16 anos de governo petista foi realizado não só mudanças socioespaciais, mas também mudou a forma de governar: ao promover a participação intensa de setores populares na formulação de diretrizes de governo; ao redirecionar as prioridades para fora dos bairros da Usiminas; e ao modificar o modo como o poder público se relacionava com os movimentos sociais e com a siderúrgica. A Usiminas teve que se adaptar: no lugar da tutela, a companhia foi vista e tratada como uma parceira; o comando da cidade se transferiu para a Prefeitura Municipal. O primeiro governo de Chico Ferramenta foi decisivo para essas mudanças de rumo, como aponta Silva (2015, p.446)

Ipatinga passou por uma revolução urbana na gestão de Chico Ferramenta. A pavimentação de ruas, a universalização da rede de saneamento, o aprimoramento da educação básica e do sistema municipal de saúde e outras medidas de grande impacto priorizavam os bairros mais afastados e os mais pobres. O orçamento participativo e a abertura de canais de interação com os movimentos sociais e com a população em geral promoviam a politização da sociedade.

Nos 16 anos em que o PT esteve à frente na administração de Ipatinga, o poder público municipal se desvincilhou da tutela da Usiminas e, ao mesmo tempo, perdeu a imagem de agente complementar à siderúrgica. Passando, portanto, o poder público municipal a ocupar o lugar central de produtor do espaço urbano de Ipatinga, diferente de antes, quando a siderúrgica conformava o espaço físico da cidade segundo suas conveniências e interesses. Isso não significou uma confrontação por parte do poder público contra a Usiminas, mas um enfrentamento do poder monoindustrial pelo controle da territorialidade de Ipatinga. Se no primeiro momento a Usiminas se mostrou resistente, no governo seguinte ela se adaptou a nova realidade, como aponta Silva (2015, p. 448)

Na gestão do correligionário e sucessor de Chico, João Magno, ex-presidente do sindicato local dos bancários, a prefeitura e a empresa se reaproximaram. Grandes projetos de desenvolvimento urbano foram realizados com apoio da Usiminas. No segundo mandato de Chico Ferramenta como prefeito (1997-2000), a parceria com a empresa se aprofundou.

No decorrer desses anos, além das transformações urbanísticas e do predomínio da cidade pública sobre a cidade privada, outra mudança de natureza social estava em curso: o rompimento da matriz social eminentemente católica, que se fazia predominante no meio operário e entre os movimentos sociais e urbanos. A cidade se transformava e junto emergiram novos atores sociais, particularmente aqueles associados ao crescimento das igrejas evangélicas e dos bairros de periferia, cuja população tem origem rural. A cidade, que tinha uma população de menos de 120.000 habitantes, em 1988, em meados da década de 2000, passa dos 220.000 habitantes (IBGE). Esse crescimento foi acompanhado pela mudança do perfil demográfico, socioeconômico e cultural dos moradores, devido ao profundo processo de diversidade social, cultural e religiosa que o acompanhou. A associação entre fé católica e PT, somada aos desgastes de 16 anos de governo petista e às mudanças socioculturais, explicam a alteração do contexto que propiciou a vitória do evangélico Sebastião Quintão (PMDB), que soube explorar muito bem essa diversidade na sua campanha eleitoral, em 2004.

O candidato do PMDB, sem esconder sua vinculação religiosa, soube também explorar uma imagem rural, sempre portando um chapéu de fazendeiro e um palavreado rude. Seu discurso se dirigiu a cidade que havia se expandido nos últimos 25 anos, se diversificado e ficado muito maior que a cidade que surgira em torno da Usiminas. O candidato conseguiu mobilizar em torno de sua campanha as lideranças religiosas evangélicas da cidade e formou um tipo de centralização religiosa na campanha política, que foi suficiente para elegê-lo.

Segundo Gomes (2004), quando atores políticos usam de habilidades discursivas, estes agem de forma contagiante buscando construir um personagem político favorável. No caso do candidato Sebastião Quintão, este usou muito bem o discurso que ligava a cidade de Ipatinga à sua origem histórica antes da Usiminas, de uma vila rural perdida no interior de Minas Gerais, que foi muito bem aceito nas periferias. Ele afirmava essa origem e acrescentava que mesmo com a presença da Usiminas, Ipatinga continua a ser rural. De certa forma, essa era a verdade até 1988, pois a cidade pública era muito precária e semelhante às pequenas cidades da época, que não possuíam qualquer infraestrutura urbana. Apenas a cidade privada tinha seus bairros urbanizados e com equipamentos urbanos diversificados, porém abrigava, majoritariamente, os empregados da usina e a classe média.

No ano de 1988, quando Chico Ferramenta se elegeu prefeito de Ipatinga, a Usiminas tinha mais do dobro de trabalhadores, em relação ao final do seu último governo (2004).<sup>15</sup> Apesar de Ipatinga ser dos poucos município da região do rio Doce com crescimento populacional significativo, num contexto em que grande parte tem sua população reduzida, a redução do emprego industrial levará a um processo emigratório, semelhante ao de Governador Valadares, inclusive vindo a ocupar o segundo lugar no número de emigrantes para o exterior (SOARES, 2002). Se os trabalhadores da Usiminas e seus parentes, junto a uma classe média ligada ao setor de serviços e comércio,

---

<sup>15</sup> Essa redução drástica do número de empregados é decorrência da reestruturação produtiva provocada pelas novas tecnologias introduzidas no setor siderúrgico. Ao longo da década de 1990, se de um lado a produção do setor cresceu cerca de 30%, por outro lado o número de postos de trabalho do setor reduziu cerca de 50% (SPRITZER, 2007, 60).

formavam a maioria do eleitorado. Nos 20 anos, entre meado das décadas de 1980 e 2000, o eleitorado sofrerá uma mudança expressiva no seu perfil.

Quando da primeira vitória de Chico Ferramenta, o peso dos trabalhadores da Usiminas e de seus parentes na vida da cidade era muito maior. Naquela época a dominação política e social exercida pela Usiminas era ostensiva e visível; a usina e a cidade viviam e respiravam a cultura Usiminas. Por outro lado, a cidade pública carecia de políticas públicas e infraestrutura. Foi com grande expectativa de mudança que os eleitores de Ipatinga colocaram Chico Ferramenta no comando da Prefeitura Municipal. Durante a campanha eleitoral de 1988, o discurso de Ferramenta combatia a dominação do poder monoindustrial e prometia mudança para todos.

Em 2004 o cenário era completamente diferente, não do ponto de vista político, pois a conjuntura nacional era de crescimento expressivo do PT, depois da eleição de Lula, em 2002. Era diferente porque a cidade mudou e o perfil demográfico e sociocultural era outro. O cenário eleitoral era totalmente diferente do 1988: não existia mais a divisão entre cidade pública e a cidade privada. Isso porque nos 16 anos de administração do PT, houve uma transformação urbana que fundiu as duas cidades numa única Ipatinga e, ao mesmo tempo, consolidou uma territorialidade ipatinguense. Nesse mesmo período, também se consolidaram outras lideranças culturais e religiosas no município. Pode-se levantar a hipótese de que o PT não percebeu essas mudanças e, de certo modo, foi surpreendido pela campanha evangélica e de feição rural de Sebastião Quintão, que se elegeu Prefeito Municipal, em 2004.

### 3.3 A CRISE POLÍTICA E O FIM DA CULTURA USIMINAS

O ano de 2008 é um marco significativo na história de Ipatinga, pois inaugura um tempo de crise, tanto na política e economia da cidade, como na Usiminas. Primeiro vamos tratar da crise política que levou ao fim da mística em torno do nome “Ferramenta”, que surgiu na campanha sindical de 1985. Ela não se encerrou de uma vez, quando da vitória do PMDB de Sebastião Quintão, em 2004. Tanto é verdade, que nas eleições de 2008, Chico Ferramenta (PT) e Sebastião Quintão (PMDB) se enfrentaram novamente, com

a vitória eleitoral do candidato do PT, com larga vantagem (47,08% dos votos válidos, contra 36,25%). O escândalo de 2003 e os problemas particulares, noticiados amplamente na imprensa regional, estadual e nacional, não afetaram o prestígio político de Ferramenta.<sup>16</sup>

Entretanto, a candidatura de Chico Ferramenta foi polêmica, porque havia ações de impedimento devido a problemas com as contas públicas da Prefeitura Municipal de Ipatinga, durante sua administração. Ele se candidatou graças a recursos impetrado no Tribunal Superior Eleitoral. Eleito, a dois dias de tomar posse, teve sua diplomação pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) invalidada pela Superior Tribunal Eleitoral (TSE). O TSE determinou que fosse dada posse ao prefeito em exercício e segundo colocado nas eleições, Sebastião Quintão. Entretanto, ele não governou mais que um mês, pois foi afastado por decisão do TRE, em ação movida pelo Ministério Público Eleitoral, por abuso de poder político e econômico e pela rejeição da prestação de conta (Jornal "O Tempo", de 2/03/2009). As eleições conturbadas de 2008, o impedimento da posse de Ferramenta, em 1º de janeiro de 2009, e o afastamento de Sebastião Quintão, em 27 de fevereiro de 2009, deixam claro que se havia fechado um ciclo da história de Ipatinga e que se instalara uma crise política, em meio à crise da Usiminas e da cidade de Ipatinga.

O ano de 2008 marcou o fim da cultura Usiminas. No início do ano de 2008 começaram a circular os boatos de que os acionistas da siderúrgica, principalmente os japoneses da *Nippon Steel*, estariam insatisfeitos com os problemas internos na empresa e com a queda na produção sofrida em decorrência da crise global.

---

<sup>16</sup> O Prefeito Chico Ferramenta foi dado como desaparecido, em 3 de fevereiro de 2003. A direção do PT e os companheiros do prefeito temiam que pudesse ocorrer o mesmo que vitimou Toninho do PT (de Campinas, em 2001) e Celso Daniel (de Santo André, assassinado em 2002). Desaparecido por dois dias, o caso ganhou manchete nacional, mobilizando além dos familiares, autoridades e a Presidência da República. A busca pelo prefeito envolveu Ministério Público em Minas Gerais e as polícias Civil, Militar e Federal. Depois de ser encontrado em um quarto de hotel de Belo Horizonte, em companhia de garotas de programa, ele divulgou nota informando o seu afastamento do cargo e pedindo desculpas à população e a esposa. Em 10 de fevereiro de 2003, a imprensa noticiava que Chico Ferramenta internou em clínica para tratar o problema do alcoolismo. Essas notícias estão disponíveis nos periódicos da época, em suas páginas na Internet, tais como Folha de São Paulo, Estadão, Diário do ABC, O Estado do Paraná, Isto É, entre outros. Em 2013, Chico Ferramenta recebeu indenização por danos morais pelo fato do caso acima ter sido utilizado em prova de concurso para o município de Ipatinga (Jornal Hoje em Dia, de 16/09/2013).

Em março era noticiado a escolha do novo presidente da Usiminas, Marco Antônio Castello Branco. Em abril, a posse do novo presidente foi anunciada para o mês de junho. A troca de comando da Usiminas, segundo Furtado (2011), além de não gerar inquietação nos empregados, trouxe um clima de esperança para muitos, que esperavam novos investimentos, crescimento e mudanças, principalmente de melhoria e fortalecimento dos pontos positivos da cultura Usiminas.

Antes mesmo da posse de Castello Branco, o Sindipa se manifestou no sentido de ter o sindicato amadurecido e achado o caminho das relações produtivas. A manifestação do sindicato se enquadra na cultura Usiminas, que prevalecia e norteava os comportamentos da liderança do Sindipa. Manifestando-se pela promoção do crescimento econômico aliado ao compromisso social, o Sindipa agradece ao ex-presidente da Usiminas, Rinaldo Campos Soares, pela lealdade e entendimento, e deseja ao novo presidente boas-vindas. Finaliza com a intenção de continuar as boas relações com a direção da empresa, pautando-se no diálogo, respeito e harmonia. (MIRANDA, 2008).

Marco Antônio Castello Branco, com 47 anos, engenheiro metalúrgico pela UFMG, se apresentava com um perfil moderno e, ao mesmo tempo, com experiência acumulada. Ele iniciou a carreira na gerência de pesquisas da Mannesmann S.A., em 1984. Obteve o doutorado em metalurgia e mecânica da Technische Universität Clausthal, Alemanha. Fez carreira na iniciativa privada, assumindo a presidência da Mannesmann do Brasil no ano 2000, após fusão da empresa com o grupo francês, surgindo a *Vallourec & Manesmann* (V&M). De 2004 a 2008, foi presidente da V&M France SAS (Boulogne-Billancourt, França) e da V&M Deutschland (Düsseldorf, Alemanha). (INSTITUTO AÇO BRASIL, 2009b). Ficou na presidência da Usiminas, entre 2008 e 2010.

O presidente do Sindipa, munido das informações sobre o perfil do novo dirigente do grupo econômico Usiminas, no contexto de incertezas e crise econômica global, apoiou o seu discurso pela expansão dos investimentos e, ao mesmo tempo, deixou clara a postura do Sindipa em não ser combativo, reafirmando a intenção em continuar tendo um bom relacionamento com a

empresa. Em 9 de julho de 2008, a página da Usiminas na Internet noticiava “Usiminas acelera e amplia plano de investimentos”, com o subtítulo “Companhia construirá em Minas Gerais sua terceira Usina”<sup>17</sup>.

A Usiminas, maior complexo siderúrgico de aços planos da América Latina, acelera e amplia o seu plano de investimentos na região de Ipatinga (MG) com a construção de uma terceira usina com capacidade de 5 milhões de toneladas de aço/ano para a produção de placas, no município vizinho de Santana do Paraíso (MG). O projeto substitui o plano de expansão de 3,2 milhões de toneladas/ano, programado anteriormente para a Usina Intendente Câmara, em Ipatinga.

Até 2012 serão investidos US\$ 14,1 bilhões em ampliação da capacidade de produção de aço e mineração, em modernização das usinas, redução de custos e preservação ambiental.

Com carta branca recebida dos controladores da Usiminas, Castello Branco assumiu com a missão de reduzir custos e promover mudanças na gestão e processos internos. Ele começou pela reformulação da marca da empresa, passando de início a mensagem de que haveria uma metamorfose. O novo presidente anunciou que faria grandes mudanças em todos os níveis e processos da siderúrgica, reafirmando que mesmo na crise existiam oportunidades. Entre os diversos pontos abordados nos primeiros instantes em que assumiu o comando da Usiminas, ele deixou explícito que pretendia acabar com a "cultura" existente na empresa. A Usiminas deixaria seu passado e assumia uma nova identidade corporativa, pautado no crescimento e agregação de valor aos negócios.

Foram dois anos à frente da Usiminas, num contexto de crise econômica global e, particularmente, no mercado siderúrgico. As expectativas positivas iniciais se desfizeram, à medida em que as medidas de mudanças eram implementadas. Com a demissão de centenas de trabalhadores, foi inevitável a crise também no Sindipa. Entretanto, o que se realça aqui é o fim da cultura Usiminas.

A revista Exame, em 12 de junho de 2008 (Ed. 920), publicou uma matéria com o título “Desconstruindo Rinaldo”, que se iniciava com a seguinte frase: “Depois de passar 18 anos sob o comando de Rinaldo Soares (1990-

---

<sup>17</sup> Cf. Portal da Usiminas, disponível em <https://www.usiminas.com/solucoes/usiminas-acelera-e-amplia-plano-de-investimentos/>. Acessado em 18 de julho de 2008.

2008), a Usiminas tem um novo presidente — e sua maior missão é desfazer a herança do antecessor”. Eram tecidas críticas ao antigo presidente e, ao mesmo tempo, traçava um perfil positivo de Castello Branco. Ele era apresentado como tendo “características diametralmente opostas” e se ressaltava que sua tarefa incluía desfazer a herança do antecessor referente a cultura da empresa. Não demorou para que a missão de reduzir os custos mostrasse sua real face: demissões, desde nível mais alto da administração até o chão de fábrica, em outubro de 2008.

De um lado a incerteza tomou conta, à medida em que se desfazia a esperança que muitos trabalhadores alimentaram no primeiro semestre de 2008; por outro, o discurso inicial de “expansão”, “modernização”, “internacionalização” foi perdendo força até desaparecer, em dezembro de 2008, substituído pelo discurso da crise, enfrentamento da crise e preservação da posição da empresa no mercado brasileiro. Com a justificativa de que crise global afetava o mercado siderúrgico, o novo presidente anunciou as mudanças no seu plano de expansão para o ano seguinte: cancelamento da nova usina e o projeto do novo aeroporto; pois a prioridade era atravessar as turbulências geradas pela crise (USIMINAS, 2008b).

A alteração na direção da Usiminas, cujos maiores acionistas eram a Nippon Usiminas e Vale S.A.<sup>18</sup>, também desencadeou conflitos entre os controladores, provocando alteração na composição acionária, que culminará em 2012 com a entrada do grupo ítalo-argentino Ternium no bloco de controle da Usiminas, junto à Nippon Steel e à Caixa dos Empregados da Usiminas (CEU). Longe de resolver os problemas de governança e restabelecer a firmeza de direção que caracterizou historicamente a Usiminas, agravou-se os conflitos internos, especialmente depois que a Ternium comprou da CEU sua participação, equivalente a 10% dos votos, gerando uma disputa de poder com os japoneses da Nippon.

---

<sup>18</sup> Acionistas controladores da Usiminas no início de 2008: Nippon Usiminas Co., Ltd., Votorantim Participações S.A., Camargo Corrêa Cimentos S.A., Caixa dos Empregados de Usiminas, MC Development do Brasil Ltda., Metal One Corporation e Carlos Jorge Loureiro (esses três denomina-se “Mitsubishi”), Companhia Vale do Rio Doce e Nippon Steel, que em 2006 havia elevado o controle no Novo Acordo de Acionistas de 53,0% para 63,9%. (Esse Novo Acordo de Acionista se encontra na página da Usiminas na Internet, disponível em <http://www.usiminas.com/blog/novo-acordo-de-acionistas-da-usiminas/>).

As mudanças na Usiminas com a presidência de Castello Branco e o que sucedeu depois, repercutiram na cidade, pois a mudança corporativa que pôs fim a cultura Usiminas foi como se houvesse a separação de bebês siameses. É importante lembrar que a gestão do PT, por 16 anos, não suprimiu a cultura Usiminas, mesmo tendo reduzido ou anulado a tutela que a empresa mantinha sobre a cidade, desde sua emancipação, em 1964. Também é necessário lembrar que a privatização da Usiminas, em 1991, não alterou ou diminuiu a força dessa cultura. Rinaldo, que estava na Usiminas a 20 anos, desde que foi admitido como Assessor do Departamento de Engenharia Industrial, em 1971, depois da privatização deu prosseguimento ao mesmo *modus operandi*.

Houve resistências às mudanças desencadeadas no segundo semestre de 2008, que visavam acabar com a cultura Usiminas. É preciso considerar que se tratava de uma cultura existente há anos e sobre a qual havia discordância, pois, parte dos trabalhadores e da cidade consideravam negativa, mas uma outra parte a via como sendo positiva e necessária. Muitos não compartilhavam da ideia de pôr fim a essa cultura e se justificavam no sentido de que era um valor importante e histórico que deveria ser respeitado e, portanto, as mudanças deveriam ser feitas com cautela (FURTADO, 2011). Nesse mesmo viés, o presidente do Sindicato confirma essa visão quando exprime a dificuldade em tratar a cultura como variável e pronunciou em entrevista para Furtado (2011, p. 322) “que não existe uma cultura pronta para substituir a antiga, retratando o conceito de cultura como representação concebida de gerações”.

A revista Exame em nova reportagem reformula a opinião apresentada na matéria de capa de 12 de junho de 2008 (Desconstruindo Rinaldo), reconhecendo o papel do antigo presidente e descreve os problemas enfrentados por Marco Antônio Castello Branco, entre eles a dificuldade de acabar com a antiga cultura impregnada entre funcionários e chefias (EXAME, 2010, p. 48). Embora as ações adotadas, desde o princípio, por Castello Branco aparentem serem definitivas, sendo marcadas por novos rótulos, novas imagens, novos conceitos, que implantaram um “novo jeito de ser Usiminas”, os resultados foram diferentes do esperado. A nova gestão propôs e

implementou mudanças reunidas no grande projeto chamado “Reinventando”, cujo slogan era “um novo jeito de ser Usiminas”. Entretanto, esse “novo jeito de ser Usiminas” acabou associado a demissões e terceirização, ampliando o cenário de crise interna e de resistência por parte dos empregados, que a princípio manifestaram apoio ao novo presidente. Como mostram Bretas, Furtado e Carrieri (2011, p. 6)

A nova gestão propôs e implementou diversas mudanças, reunidas em um grande projeto, que lançou uma nova marca e um novo slogan para a empresa. Dessa forma, todas as peças de comunicação interna, os discursos do presidente e os comunicados escritos reforçavam esse slogan.

Contudo, a maior parte das mudanças foi vista de forma negativa pelos entrevistados para a pesquisa mais ampla, sobretudo em função das demissões. A nova direção de Recursos Humanos começou um processo de demissões, inicialmente justificado por uma falta de perfil, representado pelo não compartilhamento dos novos valores. Vários trabalhadores também foram demitidos por terem mais de 60 anos, apesar de ativos profissionalmente. Por fim, a crise mundial foi usada pela empresa como justificativa para as demissões e terceirizações. Em menos de um ano, a empresa cortou 2.168 postos de trabalho.

E, 2008, as críticas e resistência dos trabalhadores às mudanças se iniciaram quando se implementou a mudança no horário dos turnos de trabalho. Isso gerou muita discussão e levou o Sindipa a mover uma ação na Justiça, porém não obteve sucesso. A Justiça do Trabalho entendeu que o acordo coletivo permitia essa mudança (SINDIPA, 2008e). Um ponto que merece ser enfatizado é o fato da nova gestão da Usiminas ter implementado com energia o processo de flexibilização dos direitos dos trabalhadores, impactando a imagem de segurança e garantias que era associada ao trabalhador da Usiminas. A relação com o Sindipa também se altera. Em novembro de 2008 o sindicato publicou um comunicado esclarecendo que já havia acontecido duas reuniões para negociação do Acordo Coletivo, nas quais a empresa propunha medidas drásticas que prejudicariam os trabalhadores: redução da jornada de trabalho; redução de salários; suspensão de contratos de trabalho (SINDIPA, 2008c).

O Sindipa teve que reconhecer que a empresa havia mudado sua conduta e tinha passado a agir “radicalmente” contrária aos interesses dos

operários. De um lado o sindicato se esforçava para conseguir uma negociação que levasse a bons termos, porém a empresa reafirmava a situação de crise e de que não havia outra alternativa. No final de 2008 o Sindipa foi obrigado a reconhecer que a Usiminas mudou seu comportamento e, conseqüentemente, os trabalhadores também deveriam mudar. As críticas à empresa nos jornais do Sindipa, nos últimos meses de 2008, cresceram de tom. No final de novembro, o informativo do Sindipa abordava a insatisfação dos operários com o novo modelo imposto pela gestão de Castello Branco. Enfatiza-se também que durante 46 anos de existência, sindicato e empresa sempre tiveram uma relação baseada no diálogo e no respeito aos direitos e interesses dos trabalhadores. Entretanto, naquele momento a Usiminas estava querendo reduzir direitos já conquistados pelos operários e que se fosse preciso aconteceria a primeira GREVE da história da Usiminas (SINDIPA, 2008e).

No final desse mesmo ano, saiu publicado no jornal do Sindipa a divulgação do fechamento do Acordo Coletivo, com data base de vigência em primeiro de novembro de 2008. O Acordo foi pactuado sem redução da jornada e dos salários ou suspensão do trabalho, mas devido ao contexto não conseguiram negociar melhorias para os trabalhadores. Pelo Acordo Coletivo de 2008/2009 houve ajuste salarial de 7,26%, acima da proposta da empresa de 7%; foi concedido um abono indenizatório de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) como compensação financeira pelos trabalhos de turno; uma compensação financeira no valor de R\$800,00 para todos os funcionários, além de retorno de férias equivalente a 20 dias da remuneração.

Depois de aproximadamente dois anos, Castello Branco deixou a presidência da Usiminas, sem ter conseguido implantar com sucesso as mudanças “radicais” que anunciou no projeto “Reinventando”. Suas medidas encontraram resistências entre operários, administradores e diretores, particularmente daqueles grupos alinhados a filosofia do ex-presidente Rinaldo Campos Soares e que eram membro do conselho de administração. O Estadão publicou em sua página na Internet, em 13 de abril de 2010, as palavras de Castello Branco:

Com toda certeza, ela (a resistência) deve ter sido um fator na análise que foi feita pelos controladores, e na minha também. É um momento de transição que motivou algumas resistências. Naturalmente, isso

atrapalha o dia a dia da condução dos negócios. Não é bom para uma empresa. Daí a minha total compreensão e colaboração para fazer essa transição. Esses últimos movimentos não facilitaram.

Não é objeto de nosso estudo os desdobramentos que se seguiram a saída de Castello Branco, porém longe de ter resolvido a crise, ela se aprofundou nos anos seguintes, particularmente depois de 2012, quando se instaura uma “guerra” na governança da Usiminas, entre a Nippon e a Ternium.

Se o ano de 2009 iniciou com o novo cenário criado pela Usiminas, com demissões em massa de trabalhadores e, ao mesmo tempo, terceirização e flexibilização das relações trabalhistas, na cidade a crise política se agravava. Com o impedimento da posse de Chico Ferramenta e a cassação de Sebastião Quintão, o cargo de prefeito foi assumido pelo presidente da Câmara de Vereadores Robson Gomes da Silva, do Partido Popular Socialista (PPS). Desde então, a política em Ipatinga parece ter acompanhado a Usiminas nas crises e indefinições. Em 2010 Robson Gomes deixou o cargo para concorrer à eleição suplementares, de 30 de maio de 2010. Ao vencer as eleições com 57,78% contra 40,13% dos votos válidos de Cecília Ferramenta, Robson Gomes permaneceu no cargo até o final de 2012 (O TEMPO, 2010).

Para o deputado federal Alexandre Silveira (PPS), que articulou a candidatura de Robson Gomes, Ipatinga vivia “um novo momento político”. A vitória eleitoral foi atribuída ao fato daquele momento facilitar a aglutinação de forças contrária ao predomínio do grupo Ferramenta: “fertilidade do espaço para a construção de uma alternativa” (Diário do Aço, 31/5/2010<sup>19</sup>). Entretanto, nas eleições de 2012, a vitória expressiva de Cecília Ferramenta (61,54%), esposa do ex-prefeito Chico Ferramenta, comprovou que a mística do nome Ferramenta ainda se fazia presente.

Entretanto, o nome Ferramenta sofrera desgastes, não apenas pelas críticas ao governo de Cecília e pela conjuntura nacional adversa para o Partido dos Trabalhadores, relacionada ao movimento “Fora Dilma”. O próprio Chico Ferramenta sofrerá com a condenação pela Justiça Federal, de 11 de junho de 2015, por falha em processo licitatório em 1991. Nas eleições de 2016, Cecília será derrotada nas eleições por Sebastião Quintão, porém esse

---

<sup>19</sup> Disponível em [https://www.diariodoaco.com.br/ler\\_noticia.php?id=28646&t=vitória-com-carater-historico](https://www.diariodoaco.com.br/ler_noticia.php?id=28646&t=vitória-com-carater-historico). Acessado em 20 de julho de 2018.

assumiu o cargo por força de liminar do ministro do STF, Gilmar Mendes. Quintão foi considerado inelegível pela Justiça eleitoral em Minas Gerais, por ter sido condenado por abuso de poder econômico e captação ilícita de recursos, em 2008. Entretanto, em 26 de abril de 2018 o TSE cassou a liminar que permitia Quintão governar Ipatinga. Novas eleições foram marcadas para 3 de junho de 2018. Cinco candidatos disputam o cargo de prefeito em Ipatinga, com a vitória do candidato Nardyello Rocha de Oliveira (MDB), apoiado numa coligação de 11 partidos (MDB, PSDB, PTB, DEM, SD, PTC, PODE, PV, PMN, PPS, PEN), com uma votação de apenas 36,33%. (O TEMPO, 2018).

E nesse contexto de crise econômica e política, após 28 anos de hegemonia na direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, em 2013, o SINDIPA ganha uma nova direção, com uma chapa composta por opositores da Usiminas encabeçada por Hélio Madaleno Pinto. (Diário do Aço. Vale do Aço (Ipatinga), 2013, online), frisa-se que a eleição sindical de 2013 contou com a intervenção do Ministério Público do Trabalho (MPT), que por meio de denúncias averiguou que o edital para o registro das chapas não foi publicado em mídias da região, anulando o ato viciado e determinando que fosse publicado novo edital em um jornal local, dando a todos interessados prazo de três dias para o registro de candidaturas no processo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O que instigou esse estudo foi a hipótese de que havia uma relação entre as reivindicações e afirmações do movimento operário frente ao poder monoindustrial da Usiminas na formação da territorialidade da cidade de Ipatinga/MG, considerando que o momento fundador é marcado de um lado pelo início das atividades produtivas da Usiminas, em 1962, e pelos eventos que ficaram conhecidos como Massacre de Ipatinga, em 1963. Ao verificar a literatura, constatou-se que não existia uma abordagem territorial ao se analisar o contexto da formação de uma cidade monoindustrial. Portanto, considerando-se a pautas reivindicatória dos operários e os desdobramentos posteriores ao

Massacre de Ipatinga, buscou-se realizar um estudo com essa abordagem, tendo como “pano de fundo” o processo de configuração do espaço urbano da cidade e a constituição da sociedade urbana ipatinguense. Para tanto, elegeram-se marcos temporais significativos na história local. Assim, não trata de uma história no sentido linear, mas de fazer realçar os atores, suas finalidades e estratégias, códigos e recursos espaço-temporais que se enfrentaram e do qual nasceu a atual cidade de Ipatinga.

Frisa-se que para a realização desta análise foi fundamental não perder de vista duas questões cruciais para enfoque: o Massacre de Ipatinga (ocorrido em 1963) e a mudança de governança da Usiminas (ocorrida em 2008). Portanto o eixo cronológico da investigação foi determinado pela análise das lutas operárias, das disputas no interior do movimento sindical, da afirmação da cultura Usiminas e, por outro lado, da ascensão política da oposição sindical Ferramenta. Finalmente, se encerra com a crise de ambas as forças, ocorridas na década de 2000. Desta forma, o estudo foi norteado, tomando a cidade de Ipatinga como o campo operatório, no sentido apontado por Raffestin (1993, p. 148-149), de que os atores delimitam “campos operatórios” no qual realizam seus agenciamentos no sentido de realizarem suas finalidades. Ao fazerem isso os atores revelam na sua ação uma axiomática subjacente, como se as ações se deduzissem umas das outras.

Nessa perspectiva, no decorrer desta pesquisa foram apresentadas reflexões referentes às categorias de início das atividades da Usiminas e sua “cultura”; o movimento sindical; a gestão municipal; para se averiguar o papel de cada um desses fatores na configuração das territorialidades da cidade.

Observou-se que existe, uma correlação entre a implantação e operação da Usiminas e a configuração da cidade de Ipatinga, a partir da correlação de forças que estabelece entre o movimento operário e a direção da companhia siderúrgica. A imbricação dos processos sociais que se fazem presente na formação da cidade monoindustrial são relacionalidades de poder que configuram a territorialidade própria de Ipatinga, cujos momentos se alternaram entre conflitos e consensos, cujas correlações entre as forças sociais e políticas apresentam momentos de convergência e outros de choques, gerando sempre novas relações ou criando-se muitas vezes um emaranhado no núcleo

ou natureza das relações, que lembra “bebês siameses”. Confirmou-se que 2008 é o ano que marca, para os atores centrais desse processo o esgotamento ou encerramento da cultura Usiminas, iniciada no pos-1963; tanto para os que a sustentavam como para aqueles que construíram sua história em oposição a essa cultura.

Com a emancipação do município de Ipatinga, em 29 de abril de 1964, a Usiminas se incumbiu de planejar a cidade, urbanizá-la e organizá-la conforme uma lógica racionalista, pautado na ordem e no controle social. Entretanto, no processo de crescimento da cidade foram se formando espaços urbanos separados do núcleo planejado, que orbitava em torno da cultura Usiminas, tanto na sua sustentação/aceitação como na oposição/contestação. A marca de Ipatinga, que os registros fotográficos permitem visualizar claramente, foi a lógica da segmentação dos bairros baseada na posição ocupada dentro da empresa pelos moradores que neles iriam residir. A segmentação também se refletiu na constituição de duas cidades separadas uma da outra: a cidade privada da Usiminas, que era também cidade da autoridade municipal; e a cidade “pública”, que cresceu espontânea e marginalizada pelo poder municipal.

A cidade de Ipatinga nasceu do trágico Massacre de 1963, pois no cerne dessa violência não estão apenas questões trabalhistas, mas o clima geral de incertezas e tensões geradas pela precariedade da vida urbana, marcada pela ausência de infraestrutura e restrições sociais, tais como falta de moradias, educação, lazer, condições sanitárias, assistência social e serviços de saúde. A essas condições de precariedade se acrescentavam a insegurança no trabalho, o controle coercitivo do trabalhador pelos vigilantes, os baixos salários, a violência no local de trabalho e fora, a má alimentação, o transporte precário, entre outros fatores. Portanto, o conflito foi a um só tempo por questões trabalhistas e por questões que dizem respeito às relações sociais e à configuração e organização do espaço.

A resposta da Usiminas ao conflito foi gerar uma cultura que moldou a constituição da territorialidade de Ipatinga, fundamentada numa segregação socioespacial acentuada e na gestão integral do território, constituindo uma tutela do poder monoindustrial sobre a cidade que se formava em torno da

usina. Essa territorialidade ordenava o lugar dos corpos (de trabalhadores e de cidadãos) na sociedade pela localização no espaço urbano. Assim, se hierarquizava o espaço e o corpo da cidade (habitantes) em diferentes estratos, conforme ser empregado da Usiminas e não ser empregado, sendo que o primeiro era segmentado conforme a posição no interior da usina (diretores, gerentes, pessoal administrativo, operários qualificados, operários em geral, terceirizados).

A cultura Usiminas combinou a tutela sobre a cidade com controle sobre o sindicato e, ao mesmo tempo, uma política paternalista em relação aos seus empregados. A imagem que se associou a essa cultura foi da cidade próspera, organizada, eficiente e pautada no crescimento e bem-estar social. A consolidação dessa cultura foi facilitada pela edificação dos bairros da usina, pela facilidade dada aos operários para comprarem suas casas, pelos serviços de assistência médica e odontológica, pelo acesso à educação e ao lazer para todos os empregados e seus familiares, além de colocar em funcionamento um amplo supermercado.

Como parte do esforço da Usiminas em implantar sua cultura, se promoveu o desligamento dos seus operários do Metasita - Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgica Timóteo e Coronel Fabriciano, criando o Sindipa - Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga e Região. Essa nova entidade, que passou a representar os trabalhadores metalúrgicos de Ipatinga, se constituiu e se manteve sob a tutela da Usiminas até 2013, quando finalmente a oposição sindical venceu. Entretanto, já não existia mais a cultura Usiminas, desconstruída a partir de 2008.

Constatou-se que essa cultura implantada pelo poder monoindustrial, cuja legitimação encontrava sustentação dos empregados de todos os escalões da Usiminas, combinou de modo singular uma territorialidade nipo-mineira que moldou a empresa, os empregados e a cidade. O preço que se pagou foi a tutela sobre a cidade e a vida social, principalmente sobre os próprios operários e os espaços por esses frequentados, desde o sindicato ao clube de lazer. Os operários precisaram se adequar às normas impostas pela empresa e deste então a composição de Ipatinga foi forjada para reforçar o

sentimento de “comunidade”, moldando o trabalhador como cidadão, em todos seus espaços: trabalho, moradia, consumo, cultura, educação, saúde.

Essa cultura idealizada atuou no imaginário de todos e ajudou a gerenciar a vida privada dos trabalhadores – estratégia de um sistema dominador que fazia com que os empregados acreditassem que trabalhar na Usiminas era sinônimo de segurança, distinção social, orgulho etc. Todos esses valores tinham fundamento no fato de que trabalhar na Usiminas era garantia de habitação em bairros com infraestrutura e equipamentos, de atendimento à saúde, acesso à educação, garantia de lazer, entre outros. Assim, o poder da empresa extravasava o espaço da produção, invadindo a vida da cidade e, dessa forma, moldando o comportamento e as relações sociais.

Esse cenário perdurou até 2008, porém houve mudanças e necessidade de negociação e adaptação, particularmente depois do surgimento da oposição sindical Ferramenta. Com o fim do governo autoritário, no contexto de crise econômica e inflação, com uma parte da cidade precária, carente de infraestrutura e sem equipamentos urbanos, a oposição sindical encontrará nos movimentos sociais que emergiram desse contexto, aliados decisivos para enfrentar o que consideravam dominação exercida pela Usiminas. Esses novos atores sócio-políticos surgidos na década de 1980, vão encontrar na Chapa Ferramenta, que se formou para concorrer ao Sindipa, o canal para se organizar politicamente contra o poder monoindustrial e para questionar a atuação do poder público municipal.

As eleições sindicais de 1985 marcaram a inflexão no curso regular da tutela da cultura Usiminas. Isso porque se de um lado a derrota da oposição Ferramenta fechou o espaço trabalhista e sindical, por outro criou aliados sociais e abriu uma outra frente de atuação, que foi a luta pelo direito à cidade, ou seja, pelo fim da tutela da cidade pela Usiminas. O poder que a Usiminas exercia sobre o Sindipa não foi abalado, porém essa perderia o controle que exercia sobre a cidade. Essa mudança diretamente ligada ao processo de democratização que o país vivenciou, a partir de 1986, cujo marco é a Constituição de 1988. Nesse ano, Chico Ferramenta, principal liderança da

oposição sindical, saiu vitorioso nas eleições municipais para a Prefeitura de Ipatinga.

Chico Ferramenta se tornou a principal liderança política do Vale do Aço, sendo o candidato das forças sociais e dos movimentos populares, estabelecendo uma supremacia na direção da prefeitura da cidade que duraria 16 anos. Dessa forma, a mobilização popular deu passagem para o surgimento de outras identidades sociais em Ipatinga, ultrapassando o espaço controlado pelo poder monoindustrial. A antiga segmentação entre cidade privada e cidade pública dará lugar a uma única cidade e a uma única identidade de ipatinguense, graças as transformações socioespaciais pautadas na isonomia e desenvolvimento da vida urbana na sua totalidade.

Tendo em vista o processo de constituição da territorialidade de Ipatinga, concordamos com autores que afirmam ser a luta de classes em Ipatinga um fenômeno que vai além das áreas do trabalho, se extravasando para a disputa pela direção da cidade e, conseqüentemente, constituindo-se uma luta por transformações socioterritoriais. Ipatinga se constituiu, desde o primeiro instante, como um território marcado por relações de poder, cuja disputa estava em se colocar de acordo ou contra a cultura Usiminas. Entretanto, a nova administração municipal, que assumiu em 1989, não se colocou em confronto com a Usiminas, porém significou o fim da tutela da empresa. Isso não significa o fim da cultura Usiminas, pois essa permaneceu ativa na presidência de Rinaldo Campos Soares, entre abril de 1990 e abril de 2008. É importante lembrar que o Sindipa deu total apoio ao processo de privatização da Usiminas, em 1991, com Rinaldo Soares no comando da empresa.

A gestão comandada pelos sindicalistas Chico Ferramenta e João Magno, por 16 anos (1989-2004), promoveu mudanças substantivas na cidade, unificando a dupla cidade; privada e pública. Emerge uma nova territorialidade para os moradores, que deixaram de ver a Usiminas como a única referência da cidade e conquistaram a dimensão de sujeito coletivo, alcançando um sentimento afetuoso e de pertencimento, que não existia antes. A principal mudança foi a primazia dada ao direito a cidade, num período em que se consolidava no Brasil uma série de direitos garantidos pela Constituição de

1988 e pelas reformas urbanas que culminaram no Estatuto das Cidades (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001).

Outro marco na história de Ipatinga foi as eleições para prefeito de 2004, ocasionando fim da supremacia do Partido dos trabalhadores. O candidato do PMDB, Sebastião Quintão, que personificava uma imagem de homem rural, alcançou a maioria dos votos, depois de uma campanha sustentada pelas lideranças religiosas evangélicas da cidade. Não se pode esquecer que a oposição Ferramenta e os movimentos sociais aliados, que formaram o grupo político vitoriosos em 1988, eram apoiados e vinculados estreitamente a movimentos de base da Igreja Católica. A eleição de Sebastião Quintão se deu em um contexto totalmente diferente de 1988, quando Ipatinga tinha um eleitorado com peso expressivo de eleitores vinculados a Usiminas, por serem empregados, terceirizados, fornecedores ou familiares desses. A cidade cresceu, se transformou e recebeu muitos migrantes da região, logo o perfil do eleitorado era bastante diferente e diversificado, com grande presença de evangélicos e com uma população de origem rural em sua periferia.

E como último e não menos importante apontamento que faremos referente a história de Ipatinga e relevante nessa consideração final concerne à mudança ocorrida na gestão da Usiminas no ano de 2008, com a substituição de Rinaldo Soares por Marco Antônio Castello Branco. A mudança foi anunciada como tendo o propósito de promover o crescimento num contexto de crise global, que exigia um presidente com perfil moderno, capaz de implantar uma nova cultura. O Sindipa, mais uma vez, apoiou publicamente a mudança. O projeto Reinventando aspirava por fim a "cultura" vivente e implantar uma nova identidade corporativa. A desconstrução da cultura Usiminas foi traumática, com o Sindipa manifestando-se contra publicamente, acusando de radical a postura que a Usiminas teria assumido. A mudança significou demissões em massa, flexibilização das relações de trabalho e proposição de estender a terceirização a todos os setores da usina.

Quanto ao objetivo de Castello Branco em sepultar a cultura Usiminas, vimos que neste ponto encontrou forte resistência não apenas entre os operários de todos níveis, mas no próprio conselho de administração. Era uma cultura por demais enraizada, ao ponto de constituir uma tradição pautada em

normas institucionalizadas ou implícitas, mas claramente conhecida por todos. Na verdade, a gestão de Castello Branco abre um cenário de crise, que se aprofundará depois de 2012, com as disputas entre os acionistas majoritários, Nippon e a Ternium. Essa questão, seus desdobramento e impactos sobre a territorialidade de Ipatinga estão a merecer pesquisas mais aprofundadas.

O questionamento central do nosso trabalho foi indagar se as reivindicações e lutas operárias eram restritas à busca por direitos trabalhistas ou se apresentavam demandas urbanas, que ampliava o campo de atuação do movimento operário para fora da esfera do trabalho, se estendendo à cidade. O que compreendemos pela análise das reivindicações trabalhistas (ata do sindicato, jornais e boletins sindicais) e da bibliografia sobre Ipatinga e o movimento operário, é que as questões reclamadas em 1963 iam muito além da questão trabalhista. Confirmando a transformação da cidade como sendo a realização daquelas demandas, pode-se constatar pela pauta de 2008, que a questão reivindicatória, mais que buscar conquistar direito, era preservar direitos trabalhistas. Em 2008 foram negociadas questões estritamente relacionadas ao trabalho, particularmente a manutenção do emprego e salários: a cidade não estava mais na pauta, pois Ipatinga já não era a cidade da Usiminas.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constitui...](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitui...)>. Acesso em: 21 Maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília/DF, 1943. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/del5452.htm>>. Acesso em 21 Maio 2018.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. V.2. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

CONTI, Alfio. **A Experiência da autogestão em Ipatinga: Uma busca pelo conceito** (Dissertação Mestrado). Belo Horizonte/MG, 1999.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. **Vale do Aço: da produção da cidade moderna sob a grande indústria à diversificação do meio-ambiente urbano**. Tese de doutorado defendida no Centro de Desenvolvimento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.

ESPINDOLA, Haruf Salmen, **Sertão do Rio Doce**. Governador Valadares: Editora Univale, 2005.

FARIAS, Rita de Cássia Pereira. **Entre a igualdade e a distinção: A trama social de uma grande empresa corporificada no uniforme de trabalho**. Tese Doutorado Antropologia Social. Campinas: Unicamp, 2005.

FREITAS, Marcelo. **Não foi por acaso: A História dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no Massacre de Ipatinga**. Belo Horizonte: Comunicação de Fato, 2008.

FREITAS, Geraldo Vinicius Ribeiro. **Entre divisas, divisores e um Massacre: A emancipação da não construída cidade de Ipatinga-MG** (Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal de Uberlândia/MG). Uberlândia/MG, 2011.

FURTADO, Raquel Alves. **A construção e a (tentativa de) desconstrução da “Cultura Usiminas”**: narrativas ao longo de 50 anos. (Tese doutorado). Belo Horizonte, 2011.

GENOVEZ, Patrícia Falco. **O Massacre, o Golpe e a Emancipação: memória e silenciamento no processo de formação territorial de Ipatinga (MG)**. Revista de economia política e história econômica. Ano 12. N.38. Jun. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na erada comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2009.

GUERRA, João Batista. **Vazio Verde – A amanhecer de Ipatinga**. Ipatinga: Empresa jornalística Revisão, 1995.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. **O capital**. Lv. III, V. 6, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

MATTAR, N. F. **Pesquisa de marketing**. 4. ed. Edição Compacta. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAS GERAIS. Prefeitura Municipal de Ipatinga. **Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens**. V. 1 e 2. Ipatinga: Empresa jornalística Revisão. Out. 1991.

MORAES, José Augusto de. **Ipatinga Cidade Jardim**. v.1-9. Ipatinga: Art Publish, 2009.

PAGNOSSA, Tadeu Pamplona, **Operários padres e soldados no Vale do Aço**: um estudo das disputas de memória sobre conflitos de outubro de 1963. Seropédica /RJ, Jun. 2013.

PEREIRA, Carlindo Marques. **O Massacre de Ipatinga**. 2 ed. São Bernardo do Campo: Departamento de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1987.

SACK, Robert David. **Territorialidade Humana: sua teoria e história**. Cambridge: University Press, 1986.

SALAMA, Alzira. **O impacto da privatização sobre a cultura organizacional: uma experiência brasileira - a Usiminas**. Revista de Administração Pública Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, jul.set., 1993, p.73-83.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Stúdio Nobel, 2000.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SILVA, Edna Lúcia da. MENEZES, Ester A. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA). Agora é oficial. Informativo SINDIPA, n. 360, Ipatinga, 04 jul. 2008a

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA). Crise já ameaça metalúrgicos. Informativo SINDIPA, n. 395, Ipatinga, 30 dez. 2008.d

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA). Negociação sim... Intransigência, não! Informativo SINDIPA, n. 426, Ipatinga, 19 mai. 2009a.

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA). Por que as negociações com a Usiminas emperraram. Informativo SINDIPA, n. 382, Ipatinga, 19 nov. 2008c

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA). Usiminas insinua implantação de turno fixo. Informativo SINDIPA, n. 366, Ipatinga, 07 ago. 2008b

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA). Sinal de alerta. Informativo SINDIPA, n. 384, Ipatinga, 22 nov. 2008e

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA).30 milhões para a nova logomarca. Informativo SINDIPA, n. 412, Ipatinga, 20 mar. 2009b.

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA).O que a Usiminas pretende fazer. Informativo SINDIPA, n. 398, Ipatinga, 27 jan. 2009c.

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA).O momento é crítico e pode ficar ainda pior. Informativo SINDIPA, n. 409, Ipatinga, 06 mar. 2009d

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA).Demissões da Usiminas repercutem em todo país. Informativo SINDIPA, n. 411, Ipatinga, 13 mar. 2009e

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA). Até onde isso vai chegar. Informativo SINDIPA, n. 419, Ipatinga, 08 abr. 2009f

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA). Agora é oficial. Informativo SINDIPA, n. 360, Ipatinga, 04 jul. 2008a

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA). Crise já ameaça metalúrgicos. Informativo SINDIPA, n. 395, Ipatinga, 30 dez. 2008.d

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA). Negociação sim... Intransigência, não! Informativo SINDIPA, n. 426, Ipatinga, 19 mai. 2009a.

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA). Por que as negociações com a Usiminas emperraram. Informativo SINDIPA, n. 382, Ipatinga, 19 nov. 2008c

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA). Usiminas insinua implantação de turno fixo. Informativo SINDIPA, n. 366, Ipatinga, 07 ago. 2008b

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA). Sinal de alerta. Informativo SINDIPA, n. 384, Ipatinga, 22 nov. 2008e

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA).30 milhões para a nova logomarca. Informativo SINDIPA, n. 412, Ipatinga, 20 mar. 2009b.

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA).O que a Usiminas pretende fazer. Informativo SINDIPA, n. 398, Ipatinga, 27 jan. 2009c.

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA).O momento é crítico e pode ficar ainda pior. Informativo SINDIPA, n. 409, Ipatinga, 06 mar. 2009d

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA).Demissões da Usiminas repercutem em todo país. Informativo SINDIPA, n. 411, Ipatinga, 13 mar. 2009e

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE IPATINGA (SINDIPA). Até onde isso vai chegar. Informativo SINDIPA, n. 419, Ipatinga, 08 abr. 2009f.

SOARES, Weber. **Da Metáfora à Substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga.** Tese de Doutorado. Belo Horizonte: CEDAPLAR /UFMG, 2002.

SPRITZER, Gustavo Almeida. **Impactos das Inovações Tecnológicas no Setor Siderúrgico Brasileiro para Exportação**. Dissertação de Mestrado em Tecnologia. Rio de Janeiro: CEFET/RJ, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1994.

SAMPAIO, Aparecida Pires. **A produção social do espaço urbano de Ipatinga –MG: da luta sindical à luta urbana**. Universidade Cândido Mendes (UCAM). Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, Paulo Roberto de. **Cultura, trabalho e conflitos em Ipatinga nos anos 60**. Dissertação de mestrado. Uberlândia-MG: Departamento de História da UFU, 2007.

SOUZA, Paulo Roberto de. **Caminhos de resistência: Do poder sindical ao Poder Político- Memórias sobre luta dos trabalhadores da Usiminas- 1960 – 1988**. Tese Doutorado. Uberlândia/MG. 2014.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **O impacto da ideologia neoliberal no meio operário: um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical**. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2004.

TULER, Marilene. **Massacre de Ipatinga: mitos e verdades**. Belo Horizonte: O lutador, 2007.

TULER, Marilene A. R. Reinventando a utopia – A caminhada dos franciscanos no Vale do Aço. Ipatinga: A autora, 2010.

USIMINAS. **Nova cultura**. Usiminas Jornal, encarte especial, n. 476, p.13. Dez. 2008.

USIMINAS. **Revisão da marca**. Usiminas Jornal, v. 43, n. 472, Ipatinga/Belo Horizonte. Ago. 2008a.

USIMINAS. **Informações transparentes**. Usiminas Jornal, encarte especial, n. 476, p. 13. Dez. 2008b.

USIMINAS. **Riqueza para todos**. Usiminas Jornal, encarte especial. Ago. 2008c.

USIMINAS. **Emprego e Renda**. Usiminas Jornal, encarte especial. Ago. 2008d.

USIMINAS. **Uma empresa para os novos tempos**. Usiminas Jornal, encarte especial. Set. 2008e.

USIMINAS. **Visão de longo prazo.** Usiminas Jornal, encarte especial. Set. 2008f.

USIMINAS. **Centenário da Imigração Japonesa.** Usiminas Jornal. v. 43, n. 469, Ipatinga/Belo Horizonte. Maio 2008g.

USIMINAS. **Em evolução.** Usiminas Jornal, encarte especial. Out. 2008h.

USIMINAS. **Momento de Transformações.** Usiminas Jornal. v. 43, Ipatinga/Belo Horizonte, n. 476, Dez. 2008i.

USIMINAS. **Diálogo de Líderes.** Usiminas Jornal, encarte especial. n. 476, p. 13. dez. 2008j

USIMINAS. **Relatório Anual 2009.** Belo Horizonte: Rona, 2009a.

USIMINAS. **Acelerando o futuro: Usiminas em frente.** Nosso Jornal Usiminas, Belo Horizonte. Out./Nov. 2009b.

USIMINAS. **Comunicado.** Belo Horizonte. 25 Maio 2009c.

VALADARES, Vagner Bravos. **A emancipação de Ipatinga: a Associação de Amigos de Ipatinga, o poder público e o processo de configuração territorial.** (Dissertação de mestrado). Governador Valadares/MG, 2013.

## ANEXOS

A) Ata de Assembleia Geral Extraordinária (1963).

## B) Acordo Coletivo Usiminas/Sindipa.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de Setembro de 1963, às 13 horas, em 2ª convocação, no Salão do Restaurante do SAPS, no Bairro Horta, no Usiminas.

Nos 29 dias do mês de Setembro de 1963, às 13 horas, no Salão do Restaurante Popular (SAPS), no Bairro Horta, sito a Usiminas, realizou-se com os sócios quites deste Sindicato, trabalhadores da Cia Usiminas, a primeira Assembleia, patrocinada por este Sindicato de Classe, para a também as reivindicações dos sócios, obedecendo a pauta dos trabalhos, constantes da seguinte "ordem do dia".

- 1) Leitura do Edital de convocação.
- 2) Resumos Gerais.
- 3) Pafarro francês.
- 4) Encerramento.

Aberto os trabalhos, o Sr. Presidente convocou o interesse da classe, no progresso do Sindicato, salientando a primordial cooperação dos companheiros de Acesso, que fazem a questão de acompanhar de perto os trabalhos do Sindicato, intensificando assim os interesses deste em atender as reivindicações mais sentidas de seus associados. O Sr. Presidente teve também a oportunidade de falar a respeito dos 31,5% requeridos à Usiminas em favor de seus trabalhadores e que os mesmos deveriam ser percebidos a partir de 1º de junho, digo, julho

08/09

# ACORDO COLETIVO USIMINAS / SINDIPA

## DATA BASE 2008

Entre a **USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS**, CNPJ nº 60.894.730/00025-82, com Sede em Belo Horizonte e Parque Industrial em Ipatinga (MG), também por seus representantes legais, doravante apenas USIMINAS, e, de outro lado, o **SÍNDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS SIDERÚRGICAS, METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO E DE INFORMÁTICA DE IPATINGA, BELO ORIENTE, IPABA E SANTANA DO PARAÍSO - SINDIPA**, neste ato por seu representante legal, Sr. José Soares Teixeira, doravante denominado SINDICATO, devidamente autorizado por assembleias sindicais realizadas em 12 de agosto de 2008 e 28 de novembro de 2008, e mediante a deliberação dos empregados diretamente interessados e abrangidos, doravante denominados EMPREGADOS, é firmado o presente **ACORDO COLETIVO**, com fundamento nos artigos 7º, inciso XXVI e 8º, incisos III e VI, ambos da Constituição Federal vigente, combinados com os artigos 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, na conformidade das seguintes cláusulas e condições compensatórias entre si, que abrangem todas os 19 itens da pauta de reivindicações de 29 de agosto de 2008, amplamente negociados entre as partes:

### 1ª) DATA BASE E VIGÊNCIA

A data base para a Categoria Profissional dos EMPREGADOS DA USIMINAS, continua sendo 1º (primeiro) de novembro, pelo que o presente terá vigência imediata a partir de 01.11.2008 com duração de 1 (um) ano, até 31.10.2009, independentemente da data de registro e depósito na DRT.

### 2ª) SEGURANÇA, MEDICINA E HIGIENE DO TRABALHO

A USIMINAS se compromete ainda a implementar as condições técnicas existentes visando a neutralização ou eliminação de riscos (insalubridade e periculosidade) nas áreas operacionais da Usina, inclusive no que respeita a eletricidade, bem assim, a atualização dos estudos a respeito, através da Comissão Paritária regularmente constituída para esse fim, composta por especialistas das Partes (médicos e engenheiros do trabalho devidamente habilitados).